



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR

**REPERCUSSÕES DO PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO (PEC-
BANCO MUNDIAL) NA EDUCAÇÃO DO TOCANTINS – 2012-2020**

Palmas – TO
2022

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR

**REPERCUSSÕES DO PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO (PEC-
BANCO MUNDIAL) NA EDUCAÇÃO DO TOCANTINS – 2012-2020**

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico – da Universidade Federal do Tocantins, na linha de pesquisa Estado, Sociedade e Práticas Educativas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosilene Lagares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- A282r Aguiar, Adriana da Costa Pereira .
Repercussões do Programa Estrada do Conhecimento (PEC-BANCO Mundial) na educação do Tocantins – 2012-2020. / Adriana da Costa Pereira Aguiar. – Palmas, TO, 2022.
108 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação, 2022.
Orientadora : Rosilene Lagares

1. Política e Gestão da Educação . 2. Financiamento da Educação no Tocantins. 3. Programa Estrada do Conhecimento. 4. Banco Mundial. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR

**REPERCUSSÕES DO PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO
(PEC-BANCO MUNDIAL) NA EDUCAÇÃO DO TOCANTINS –
2012-2020**

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico – da Universidade Federal do Tocantins, na linha de pesquisa Estado, Sociedade e Práticas Educativas.

Data da defesa:

12/08/2022 Banca

Examinadora

Prof.^a Dr.^a Rosilene Lagares – PPGE/UFT
Orientadora e Presidente da Banca

Prof.^a Dr.^a Neila Osório Barbosa – PPGE/UFT
Avaliadora Interna

Prof.^a Dr.^a Adriana Almeida Sales de Melo –
PPPGE/UnB
Avaliadora Externa

Palmas – TO

2022

Dedico esta Dissertação aos meus filhos Gabriel Vila Nova Aguiar e João Pedro Vila Nova Aguiar e aos meus pais, Henrique Vila Nova Pereira e Maria Luiza da Costa Pereira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Criador do Universo, pela oportunidade da vida e saúde da minha família.

Agradeço aos meus filhos, pela compreensão da ausência, incondicional apoio e amor diário.

Agradeço aos meus pais, pelo incentivo aos estudos, desde muito cedo.

Agradeço aos colegas de trabalho, pelo auxílio. Nunca me desampararam.

Agradeço aos colegas acadêmicos do Mestrado, pelas trocas de experiências, sugestões e apoio durante nossa trajetória.

Agradeço a equipe da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (Seduc), pelo apoio e incentivo, pois é parte importante desta minha conquista.

Agradeço aos membros da banca, pelo aceite em participar da avaliação desta Dissertação, pela leitura crítica e sugestões para o enriquecimento do estudo.

Agradeço, em especial, à professora Dr.^a Rosilene Lagares, que muito sensível e detentora de indiscutível capacidade técnica, pedagógica e pesquisadora, despertou em mim o desejo da pesquisa.

RESUMO

Esta Dissertação vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico – da Universidade Federal do Tocantins, na linha de pesquisa Estado, Sociedade e Práticas Educativas. Ocupa-se do tema Programa Estrada do Conhecimento (PEC), do Banco Mundial, no campo da educação no Estado do Tocantins. Tem por objetivo geral apresentar uma análise de repercussões do PEC, financiado pelo Banco Mundial, na educação nas redes estadual e municipais dos seis Municípios participantes: Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia, no período de 2012 a 2020. Especificamente, a Dissertação apresenta resultados dos seguintes objetivos da pesquisa: entender as relações entre o Banco Mundial, o planejamento e as políticas públicas de educação no Brasil; compreender o PEC e seus objetivos de financiamento propostos para o Estado do Tocantins relacionados à educação no período de 2012 a 2020; apreender as ações do PEC desenvolvidas junto à educação municipal e estadual dos seis Municípios e suas possíveis relações com o planejamento da educação no referido período. Com uma perspectiva crítica, metodologicamente, assenta-se em revisão bibliográfica, pesquisa documental e coleta de informações em campo utilizando questionário semiestruturado. Os respondentes ao questionário desconheciam os altos valores financeiros que o Estado passou a dever ao Banco com os empréstimos, gerando danos e prejuízos à população, contribuindo para o projeto em curso de desmonte do sistema educacional público, como discute a literatura da área. Os investimentos aportados pelo PEC repercutiram na infraestrutura das escolas de ensino médio dos seis Municípios participantes e de outras da rede estadual em Municípios às margens da Rodovia BR-153, sendo Alvorada, Paraíso do Tocantins e Fátima, especificamente, com reformas. Juntamente, repercutiu no currículo, materializando formações continuadas de professores e implementando outras ações. Quanto a relação entre metas do Plano Estadual de Educação e as ações do PEC, percebeu-se, minimamente, um vínculo. A pesquisa destaca a descontinuidade que se faz presente na realidade da gestão das redes estadual e municipais em se tratando do PEC. Para 2022, o Banco Mundial propôs o Programa Estrada de Direitos, dando continuidade ao Estrada do Conhecimento.

Palavras-chave: Política e Gestão da Educação. Financiamento da Educação. Programa Estrada do Conhecimento. Banco Mundial. Tocantins.

ABSTRACT

This Dissertation is linked to the Graduate Program in Education - Academic Master's - of the Federal University of Tocantins, in the research line State, Society and Educational Practices. It deals with the theme Estrada do Conhecimento Program (PEC), of the World Bank, in the field of education in the State of Tocantins. Its general objective is to present an analysis of the repercussions of the PEC, financed by the World Bank, on education in state and municipal networks of the six participating municipalities: Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil and Wanderlândia, in the period from 2012 to 2020. Specifically, the Dissertation presents results of the following research objectives: understanding the relationships between the World Bank, planning and public education policies in Brazil; understand the PEC and its proposed funding objectives for the State of Tocantins related to education in the period from 2012 to 2020; to apprehend the actions of the PEC developed with the municipal and state education of the six Municipalities and their possible relations with the planning of the education in the referred period. With a critical perspective, methodologically, it is based on bibliographic review, documental research and collection of information in the field using a semi-structured questionnaire. Respondents to the questionnaire were unaware of the high financial values that the State owed the Bank with the loans, causing damage and losses to the population, contributing to the ongoing project to dismantle the public educational system, as discussed in the literature in the area. The investments made by the PEC had repercussions on the infrastructure of high schools in the six participating municipalities and in others of the state network in municipalities on the banks of the BR-153 Highway, namely Alvorada, Paraíso do Tocantins and Fátima, specifically, with renovations. At the same time, it had repercussions on the curriculum, materializing continuing teacher training and implementing other actions. As for the relationship between the goals of the State Education Plan and the actions of the PEC, a minimal link was noticed. The research highlights the discontinuity that is present in the reality of the management of state and municipal networks in the case of the PEC. For 2022, the World Bank proposed the Estrada de Direitos Program, continuing the Estrada do Conhecimento program.

Keywords: Education Policy and Management. Education Financing. Knowledge Road Program. World Bank. Tocantins.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGETRANS – Agência de Máquinas e Transportes do Tocantins
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CNE – Conselho Nacional de Educação
DRE – Diretoria Regional de Educação
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FCP – Fundação Cultural de Palmas
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
MEC – Ministério da Educação
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU – Organização das Nações Unidas
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDRIS – Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável
PEC – Programa Estrada do Conhecimento
PEE – Plano Estadual de Educação
PME – Plano Municipal de Educação
PNA – Programa Nacional de Alfabetização
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNE – Plano Nacional de Educação
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade para Todos
SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

Quadro 1 – Documentos analisados na Pesquisa documental.....	16
Quadro 2 – Leis e Decretos Educacionais Nacionais a partir de 1930.....	18
Quadro 3 – Registros e Leis Educacionais a partir de 1940.....	19
Quadro 4 – Distribuição de recursos	47
Quadro 5 – Escolas e quantidade de estudantes.	55
Quadro 6 – Ações e Execução Financeira PEC 2016.....	57
Quadro 7 – Ações e Execução Financeira PEC 2017.....	57
Quadro 8 – Ações e Execução Financeira PEC 2018.....	57
Quadro 9 – Ações e Execução Financeira PEC 2019.....	58
Quadro 10 – Total de investimentos.....	58
Quadro 11 – Ações do PEC, Metas e Estratégias do PEE/TO	63
Quadro 12 – Extrato do Resultado das Pesquisas.....	75
Gráfico 1 – Estabelecimentos da ed. básica da rede est. de ensino	40
Gráfico 2 – Matrículas da educação básica da rede estadual de ensino	41
Gráfico 3 - Estabelecimentos da ed. básica da rede municipal de ensino	42
Gráfico 4 – Matrículas da educação básica da rede municipal de ensino	43
Gráfico 5 – Dados comparativos: PEE e PEC.....	63
Gráfico 6 – Atendimento PEE e ações do PEC.....	63
Figura 1 – Mapa da localização dos Municípios atendidos pelo PEC.....	49
Figura 2- Colégio Estadual Anaídes Brito Miranda	68
Figura 3 - Colégio Estadual Anaídes Brito Miranda	68
Figura 4 - Colégio E. Lacerdino de Oliveira Campos	69
Figura 5 - Colégio E. Lacerdino de Oliveira Campos	69
Figura 6 - Colégio Estadual Anita Cassimiro Moreno	71
Figura 7 - Colégio E. Juscelino Kubitschek de Oliveira.....	71
Figura 8 – Colégio E. Anita Cassimiro Moreno e Escola E. Juscelino K. de Oliveira	72
Figura 9 – Biblioteca Colégio E. Anita Cassimiro Moreno.	72
Figura 10 – Colégio E. José Luiz Siqueira	73
Figura 11 – Pátio Colégio E. José Luiz Siqueira.....	73

Figura 12 – Escola E. Paulina Câmara	74
Figura 13 – Escola E. Ana Maria de Jesus	74
Figura 14 – Colégio E. Darcy Ribeiro	75
Figura 15 – Colégio E. Nazaré Nunes da Silva	75
Figura 16 – Colégio E. Nazaré Nunes da Silva	76
Tabela 1 – Dados Ideb – Município de Aguiarnópolis.....	53
Tabela 2 – Dados Ideb – Município de Aliança do Tocantins	55
Tabela 3 – Dados Ideb – Município de Barrolândia.....	56
Tabela 4 – Dados Ideb – Município de Colinas do Tocantins	57
Tabela 5 – Dados Ideb – Município de Pugmil.....	58
Tabela 6 – Dados Ideb – Município de Wanderlândia	59
Tabela 7 – Foco das ações do PEC.....	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O BANCO MUNDIAL E A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	19
	2.1 O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: HISTÓRICO.....	19
	2.2 O BANCO MUNDIAL E A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO ..29	
	2.2.1 Políticas Públicas Educacionais.....	29
	2.2.2 Os Planos de Educação e as Políticas Públicas	34
3	A EDUCAÇÃO NO TOCANTINS E O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO (PEC) DO BANCO MUNDIAL (2012 a 2020): CONTEXTO, INTENÇÕES E AÇÕES	39
	3.1 NUANCES HISTÓRICAS DA CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS	39
	3.2 A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS	42
	3.2.1 A Educação na Rede Estadual de Ensino.....	42
	3.2.2 A Educação na Rede Municipal de Ensino	45
	3.3 CONHECENDO O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO	46
	3.3.1 Programa Estrada do Conhecimento, objetivos e ações de financiamento.....	51
	3.3.2 Conhecendo os municípios envolvidos no Programa Estrada do Conhecimento – PEC	52
	3.3.3.1 Aguiarnópolis	53
	3.3.3.2 Aliança do Tocantins	54
	3.3.3.3 Colinas do Tocantins	55
	3.3.3.4 Barrolândia	56
	3.3.3.5 Pugmil.....	57
	3.3.3.6 Wanderlândia.....	58
	3.3.4 Ações realizadas e execução financeira nas escolas da rede municipal e estadual dos Municípios envolvidos no Programa Estrada do Conhecimento.....	59
4	O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO E REPERCUSSÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TOCANTINS.....	63
	4.1 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS E O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO	63
	4.2 AÇÕES DO PEC E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ESTADUAL.....	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
6	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICES E ANEXOS.....	95

1 INTRODUÇÃO

Nesta Dissertação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Mestrado Acadêmico – da Universidade Federal do Tocantins (UFT), na linha de pesquisa Estado, Sociedade e Práticas Educativas, temos por **tema** de pesquisa o Programa Estrada do Conhecimento (PEC), do Banco Mundial, no campo da educação no Estado do Tocantins, **problematizando**:

- a) Quais repercussões fluíram do PEC, financiado pelo Banco Mundial, na educação nas redes estadual e municipais nos seis Municípios do Tocantins participantes do Programa: Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia, situados às margens da Rodovia Belém-Brasília (BR 153), no período de 2012 a 2020?
- b) Os recursos financeiros investidos pelo Banco Mundial, como empréstimo ao Estado, propiciaram melhoria qualitativa na oferta da educação?
- c) Os recursos financeiros investidos pelo Banco Mundial influenciaram na infraestrutura (estruturas físicas e materiais) das unidades escolares, no planejamento da educação e das escolas, nos currículos escolares e na formação dos trabalhadores da educação?
- d) Os recursos financeiros investidos pelo Banco Mundial melhoraram o atendimento de estudantes com vulnerabilidade nos referidos Municípios?
- e) Os objetivos do PEC se relacionam com as metas e estratégias do Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/TO)?

Nesse sentido, a Dissertação tem por **objetivo geral** apresentar uma análise de repercussões do PEC, financiado pelo Banco Mundial, na educação nas redes estadual e municipais dos seis Municípios participantes – Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia – no período de 2012 a 2020.

Para tal análise, evidenciamos os seguintes **objetivos específicos**:

- a) entender as relações entre o Banco Mundial, o planejamento e as políticas públicas de educação no Brasil;
- b) compreender o PEC e seus objetivos de financiamento propostos para o Estado do Tocantins relacionados à educação no período de 2012 a 2020;

c) apreender as ações do PEC desenvolvidas junto à educação municipal e estadual dos seis Municípios e suas possíveis relações com o planejamento da educação no referido período.

A escolha do tema dessa pesquisa relacionou-se com minha história profissional, enquanto professora e gestora, conforme relato a seguir.

Minha trajetória na educação, da educação infantil ao ensino médio, teve como berço a Escola Dr. Dante Pazzanese, tradicional internato do Tocantins, onde me formei em magistério e, por meio da observação e admiração pelos meus professores, aflorou em mim a paixão pela arte de ensinar e aprender e a busca pela equidade educacional.

Em 1991, aos dezesseis anos, iniciei na docência. Em tempos de novas descobertas, acompanhava os fatos ocorridos no Brasil e no mundo: queda da União Soviética, Guerra do Golfo, Conquistas de Ayrton Senna, na Fórmula 1 e a crise econômica no país durante o período do Governo Collor. Nesse contexto, sentia-me orgulhosa pela formação de normalista e, apesar do contexto difícil da época, o foco de minha atuação era a aprendizagem e inclusão dos alunos. Naquele tempo, já me incomodava com a dura realidade social da comunidade local: desemprego, fome, gravidez na adolescência, desestrutura familiar, drogas e violência.

Atenta ao que estava ao meu redor e aos olhares curiosos dos discentes, redobrava-me em pesquisas para inserir, em minha sala, atividades dinâmicas e desafiadoras, eliminando atividades e outros métodos que não se adequassem a esses critérios. Nesse período, passei a utilizar estratégias como a hora do conto, atividades compartilhadas (em grupo) e contatos frequentes com as famílias dos alunos para pontuarmos avanços e/ou dificuldades. Nessa interação, buscava as nuances das metodologias diferenciadas, do protagonismo, da sistematização de aulas (registros) e das trocas de experiências com colegas.

Concomitante ao labor diário da escola, a formação em Pedagogia trazia mais sustentação a minha prática educativa. Durante esse período acadêmico, conheci grandes autores, como Piaget e Freire, que serviram de base para minha formação e enfrentamento aos desafios da alfabetização e inclusão. Nesse percurso, a indagação era constante sobre o principal objetivo do meu trabalho, quais mudanças seriam necessárias para melhorar minha prática pedagógica e como intervir na aprendizagem e situação da minha comunidade? Assim, passei pela doce experiência da sala de aula. Com recursos escassos, mas com vontade de fazer acontecer naquilo que me propus, ciente de que a Educação era principal arma com a qual podíamos vencer as desigualdades sociais.

Depois da docência, atuei na Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar. Após anos de dedicação à gestão da Escola Presidente Costa e Silva, fui reconhecida com conquistas e

destaques em premiações nacionais e internacionais no campo Educacional, tais como: o Prêmio Nacional em Gestão Escolar/2010. Em abril de 2012, fui convidada a assumir a Diretora Regional de Educação de Gurupi, cargo ao qual permaneci até 2014. Nesse período, enfrentei alguns desafios, devido ao contingenciamento financeiro. Era necessário ganhar a credibilidade de uma equipe, que precisou ser reduzida em 50%, além de reorganizar a carreira dos servidores da educação que, após alguns anos, em funções administrativas, foram convidados ao retorno à escola. O retorno configurou, também, oportunidade de crescimento, além do ganho da instituição, levando em consideração a experiência do servidor. Não foi um período fácil, porém foi o momento de planejarmos os próximos passos, visando ao reordenamento de servidores, estabelecimento de metas e avanços nos indicadores. Um novo ciclo se iniciou ali.

Posteriormente, organizamos a “DRE Mais Perto de Você” que consistia em visitas *in loco* pelos técnicos da Regional aos 17 (dezesete) municípios, entre os quais, Aliança do Tocantins, Município localizado à margem da BR 153, demonstrou grandes dificuldades financeiras e pedagógicas.

Esse trabalho mencionado configurou-se como um diagnóstico presencial e, alinhado às observações de sala de aula, prática já comprovada como processo necessário à melhoria das atividades educacionais em âmbito maior. Nesse campo de atuação, fiz questão de conhecer *in loco* os Municípios e as escolas mais vulneráveis. Assim, conhecemos as 56 escolas jurisdicionadas à Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Gurupi, no trabalho corpo a corpo. Dialogamos com as equipes pedagógicas, professores e servidores, em geral, das Unidades de Ensino Regular, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), contribuindo, pedagogicamente, com as Secretarias Municipais de Educação na busca por integrar saberes e socializar boas práticas e formação.

Nesse período, tive que, como aprendizado pessoal, superar os próprios limites profissionais, proporcionando à Diretoria o status de escola e não instituição meramente fiscalizadora, mas indutora de contribuições pedagógicas como dar visibilidade aos gestores da regional, por meio de trocas de experiências exitosas, fazendo com que todos fossem capacitados no processo de gerir unidades escolares com as boas práticas. Foi um período de grandes aprendizagens e muitos desafios. Houve, inclusive, a necessidade de regressar à sala de aula e rememorar as dificuldades enfrentadas para, assim, buscar a quebra de paradigmas e mostrar às pessoas que a troca era aprendizado e que, com pouco, se houver disponibilidade, poderíamos fazer muito. Era de suma importância que o trabalho, na educação fosse pautado em aproveitar a riqueza do material humano, reconhecendo e valorizando o que os nossos

colaboradores tinham de melhor: a trajetória de cada um, na busca pela excelência no serviço público com responsabilidade, para a transformação da sociedade por meio da educação.

Para finalizar a minha trajetória, assumi, em 2014, a gestão da Pasta da educação estadual no Tocantins, em meio a desafios e possibilidades, buscando avanços e primando sempre pela experiência da sustentabilidade. Realizamos ações assertivas e outras que precisavam de lapidação, inovação e coragem para concretizar o sonho da, ainda, sonhadora professora primária: cumprir o meu papel na educação, buscando, nesse percurso, convencer meus pares a seguirem o rascunho do planejamento do que almejava, estabelecendo metas, objetivos, cronograma, ações e avaliação.

Ao buscar conhecer o PEC, percebi a visibilidade que o Banco Mundial impingia era a de implementador de políticas, apresentado, no Relatório nº 63731 (BANCO MUNDIAL, 2011), inclusive, como o mediador entre o governo federal e os governos estaduais. Esse foi um dos escopos do projeto do Banco em análise para os estados e municípios, materializado no PEC sobressai o *modus operandi* do Banco Mundial, da gestão pública centrada na concepção gerencial/estratégia. Uma condição para o empréstimo ao Tocantins, assinado no ano de 2012, circunstanciado no Relatório nº 63731- BR (BANCO MUNDIAL, 2011) foram os objetivos estratégicos de “aumentar a eficiência” e a racionalidade dos investimentos públicos, com medidas para reduzir gastos da administração pública e implantação da meritocracia, com o foco nos resultados.

Para desenvolver a investigação, tomamos como percurso metodológico a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a utilização de questionário semiestruturado, referendado pelos autores Lakatos (2007), Gil (2008) e Prodanov (2013), bem como outros que trataram de temáticas que contemplavam os objetivos desta pesquisa.

Segundo Prodanov (2013, p. 121), a revisão bibliográfica tem por objetivo “elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico, o qual fez parte do referencial da pesquisa, buscando identificar o “estado da arte” ou o “alcance dessas fontes”. Preferencialmente, a revisão utilizou-se de materiais de pesquisas atuais (últimos 5 anos). Ainda, a “finalidade da pesquisa científica não é apenas um relatório ou uma descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos”.

Na pesquisa documental, são utilizados materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (LAKATOS, 2007; GIL, 2008; PRODANOV, 2013).

A seguir, apresentamos um quadro referente aos documentos analisados na pesquisa, cujos resultados estão expostos nas seções seguintes da Dissertação.

Quadro 1 – Documentos analisados na pesquisa documental.

Documento	Âmbito		
	Nacional	Estadual	Municipal
Planos de educação	PNE – Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014	PEE/ Lei nº2.977, de 08 de julho de 2015	PME/ Lei nº Segue as diretrizes do PNE; cada Município institui seu próprio PME.
Plano do Banco Mundial	O Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável- PDRIS - foi inserido no Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o período 2012-2015, aprovado pela Lei nº 2.538, de 16 de dezembro de 2011. Na ocasião, o representante do Poder Executivo, Governador José Wilson Siqueira Campos, garantiu que constasse da Lei Orçamentária Estadual de 2012 - Lei nº 2.547, de 22 de dezembro de 2011-dotações suficientes à execução do Projeto.	PEC (Idem a Lei que ampara o PDRIS)	PEC/PME Idem
Relatórios	Banco (BM, 2018)	Seduc (PALMAS,Seduc, 2019)	Município (PALMAS,Seduc, 2019)

Fonte: construído pela autora (2020-2021).

Em relação ao trabalho de campo, a pesquisa foi executada de forma virtual, visto o período pandêmico da Covid-19. Foram enviados, sob o modelo *Google Forms*, um questionário semiestruturado (Apêndice A), via *e-mail* e *WhatsApp*, tanto para os gestores das Diretorias Regionais de Ensino (DRE), como para os gestores dos municípios envolvidos com o PEC, os quais foram identificando as pessoas que estavam nas funções relacionadas ao PEC no recorte temporal da pesquisa, para enviarmos o *link* aos que desejassem e pudessem responder, ao questionário, acompanhado de um Termo de Consentimento Livre Esclarecido constituído.

Os resultados da investigação foram expostos nessa Dissertação, após a introdução, da seguinte forma: na segunda seção: “O Banco Mundial e as políticas públicas de educação no Brasil”; na terceira seção: “A educação no Tocantins e o PEC do Banco Mundial (2012 a

2020): contextos, intenções e ações”; na quarta: “O PEC e as repercussões na implementação do PEE e nas definições de Políticas Públicas no TO” e, finalizando o estudo: as considerações finais; referências; apêndices e anexos.

2 O BANCO MUNDIAL E A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nesta seção, apresentamos resultados de revisão bibliográfica e pesquisa documental, que tem por objetivo demonstrar resultados sobre o entendimento das relações entre o Banco Mundial, o planejamento e as políticas públicas de educação no Brasil.

2.1 O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: HISTÓRICO

A educação brasileira teve sua origem formal no período do Brasil Colônia. Entretanto, sabemos que, muito antes da chegada dos portugueses, já havia pessoas nas terras brasileiras, nativos que possuíam e possuem cultura própria e, com isso, uma educação peculiar a cada cosmologia. O modelo educacional dos povos típicos brasileiros não se enquadrava nos padrões europeus de educação - os povos indígenas perspectivavam o mundo de uma forma diferente - não sendo considerado, pelos europeus, esse primeiro momento da educação brasileira. Assim, o nosso modelo educacional foi fruto das intervenções portuguesas, a começar pelos Jesuítas.

A Companhia de Jesus (1534) surgiu como uma resposta às reformas protestantes que estavam em expansão na Europa no início do período moderno. Em 1549, os jesuítas chegaram ao Brasil com a missão de evangelizar e europeizar os nativos que viviam no Brasil, como descreve Fernandes (2017):

estabeleceram colégios, criaram Aldeamentos Indígenas, monopolizaram a administração da mão de obra e aprenderam a Língua Geral (*Nheengatú*). Seu modelo de catequese aliava os interesses da Coroa Portuguesa com os ideais da Igreja a partir de um sistema denominado Padroado Régio. Assim, o discurso da conversão dos índios (para salvação de suas almas) poderia ser considerado quase sinônimo de cooptação para o trabalho. (FERNANDES, 2017, p. 25)

A proposta inicial dos jesuítas era uma educação voltada para os indígenas, com o intuito de catequizá-los e torná-los submissos aos portugueses, facilitando, assim, as relações dentro da Colônia. De acordo com Souza (2018), aquilo que, inicialmente, era para servir como meio de catequizar e instruir os povos indígenas acabou tornando-se uma educação voltada somente para as elites.

A Companhia de Jesus, que tinha inicialmente em seus objetivos catequizar e instruir o índio, de acordo com o *Ratio*, foi aos poucos se configurando como forte instrumento de formação da elite colonial, ficando os indígenas e as classes mais pobres à mercê da instrução. (...). Nesse sentido, não só o índio como todos aqueles

que não faziam parte dos altos extratos da sociedade (pequena nobreza e seus descendentes) estavam excluídos da educação. (SOUZA, 2018, p.120)

Segundo Souza (2018, p.123), “O sistema de ensino jesuítico apresentava uma rede organizada de escolas e uniformidade de ação pedagógica. Além das escolas de ler e escrever ministrava o ensino secundário e superior”. Tal modelo tinha como foco uma educação que estivesse a serviço dos interesses da fé, uma vez que era submetida à Igreja Católica. Com o período pombalino (1750-1777), ocorrido no século XVIII, o foco da Educação no Brasil mudou.

O período mencionado foi conhecido por ser uma época em que inúmeras reformas foram implementadas pelo Marquês de Pombal. Segundo Petroni (2019) “A partir do século XVII, o Iluminismo, movimento filosófico surgido nesse período, influenciou mudanças não somente em seu berço, a Europa, mas em outras regiões do mundo que estavam sob o domínio europeu naquele momento”. A influência iluminista na administração pombalina teve como uma de suas marcas a expulsão dos jesuítas do Brasil.

Com a reforma pombalina chegando à educação, tivemos uma mudança de foco, pois, de acordo com Ribeiro (1993), antes tínhamos uma educação dominada pela Igreja Católica, que tinha como centro uma educação voltada aos interesses da fé, porém, a reforma pombalina mudou essa perspectiva, com o objetivo central não mais uma educação que servisse aos interesses da fé, mas voltada para os interesses do Estado.

A reforma pombalina dos estudos menores objetivou, segundo Laert Ramos de Carvalho, criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizar uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa (ROMANELLI, 2001, p. 36).

Após a reforma pombalina, a educação brasileira passou a ser pelo e para o Estado (ROMANELLI, 2001). Houve, ainda, inúmeras mudanças nas suas estruturas ao longo da história brasileira, mas não nos aprofundaremos na sua totalidade, por não ser esse nosso objeto de estudo. Procuramos apresentar, até o momento, sua gênese. Prosseguindo, abordaremos os tempos mais modernos, a fim de nos contextualizarmos sobre os dias atuais.

Nas décadas de 30 e 40, o país vivenciou acontecimentos importantes para a Educação, como podemos apreender das informações publicizadas no site do Ministério da Educação (MEC), demonstrados nos quadros 2 e 3.

Quadro 2 – Leis e Decretos educacionais nacionais a partir dos anos 1930.

1930	Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Decreto nº 19.402 , de 14 de novembro de 1930);
1931	Criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão consultivo do Ministério da Educação e Saúde Pública nos “assumptos relativos ao ensino” (Decreto nº 19.850 , de 11 de abril de 1931);
1932	Lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que propõe um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo para todos os brasileiros até os 18 anos. O documento foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 24 renomados educadores e intelectuais, que defendiam a reconstrução do sistema educacional menos elitista e aberto à interpenetração das classes sociais com vistas às necessidades de um Brasil que se industrializava;
1934	Definição constitucionalmente de que a educação é direito de todos os brasileiros e estrangeiros domiciliados no país, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. No entanto, em conformidade com o Art. 150 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil , de 16 de julho de 1934, somente estava assegurado o acesso gratuito ao ensino primário integral;
1937	Publicação da Lei nº 378 , de 13 de janeiro de 1937, que estabelece uma ampla reforma e estruturação do sistema educacional brasileiro, a começar pelo próprio nome do então Ministério da Educação e Saúde Pública, que passa a ser designado Ministério da Educação e Saúde. Essa mesma legislação cria a Universidade do Brasil a partir da reunião da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade Técnica Federal. Novas escolas (Liceus) são criadas para fomentar o ensino profissional. Também são criados o Instituto Nacional de Pedagogia, atualmente, denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), destinado a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino nos seus diferentes aspectos; seção de Braille na Biblioteca Nacional para leitura de cegos; o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional; Instituto Nacional de Cinema-Educativo para promover e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como processo auxiliar do ensino e ainda como meio de educação popular em geral; Museu Nacional de Belas Artes e o Serviço de Radiodifusão Educativa destinado a promover a irradiação de programas de caráter educativo. Neste mesmo ano foram criados o Serviço Nacional de Teatro (Decreto-Lei nº 92 , de 21 de abril de 1937) e o Instituto Nacional do Livro (Decreto-Lei nº 93 , de 21 de dezembro de 1937).

Fonte: MEC, 2020, criado pela autora.

Segundo Souza (2018), na educação da década de 30, havia uma grande desigualdade entre a ofertada para as elites e para os trabalhadores, pois, enquanto a classe dominante tinha acesso a uma educação pública ou privada que a levasse ao ensino superior, ao povo restava o ensino profissionalizante.

Quadro 3- Registros de leis e Decretos educacionais a partir de 1940

1942	Organização do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073 , de 30 de janeiro de 1942) e do ensino secundário (Decreto-Lei nº 4.244 , de 9 de abril de 1942), que instituiu, no Brasil, o sistema educacional de três graus, sendo o ensino superior regido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851 , de 11 de abril de 1931);
1946	A organização do sistema educacional, iniciada em 1942, é assegurada com a publicação das leis orgânicas do ensino primário (Decreto-Lei nº 8.529 , de 2 de janeiro de 1946) e do ensino normal (Decreto-Lei nº 8.530 , de 2 de janeiro de 1946);
1953	O Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC) pela Lei nº 1.920 , de 25 de julho de 1953;
1961	Sancionada, em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 4.024 , que fixa as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
1962	Aprovação do primeiro Plano Nacional de Educação -PNE- pelo Conselho Federal de Educação;
1964	Criação do Programa Nacional de Alfabetização (PNA) (Decreto nº 53.465 de 21 de janeiro de 1964);
1967	Criação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (Lei nº 5.379 , de 15 de dezembro de 1967);
1968	Lei nº 5.540 - Fixa normas, organização e funcionamento do ensino superior;
1971	Fixação das Leis de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a chamada Nova LDB (Lei nº 5.692 , de 11 de agosto de 1971);
1985	Criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (Decreto nº 91.542 , em 19 de agosto de 1985);
1985	O Mobral passa a ser denominado Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar) (Decreto nº 91.980 , de 25 de novembro de 1985);
1990	Criação do o Sistema Nacional de Avaliação da educação básica (Saeb);
1992	Instituição do Programa de Crédito Educativo (PCE) (Lei nº 8.436 , de 25 de junho de 1992);
1993	Criação da comissão especial para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos (Portaria nº489 , de 18 de março de 1993);
1995	Criação do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE);
1996	Promulgação da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei nº 9.394 , de 20 de dezembro de 1996), a nova LDBN substitui a Lei nº 5.692 de 1971 e dispositivos da Lei nº 4.024 , de 1961, que tratavam da educação;
1996	Regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), pela Lei nº 9.424 , de 24 de dezembro de 1996;
1997	Fusão FAE/FNDE. Todas as atribuições e responsabilidades da FAE passam a ser da competência do FNDE, de acordo com o Decreto nº 2.162 , de 24 de fevereiro de 1997;
1998	Criação do o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
1999	O Ministério da Educação e do Desporto passa a ser denominado Ministério da Educação (Medida Provisória nº 1.799-1 , de 21 de janeiro de 1999);
1999	Aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (Parecer nº 14/99 , de 14 de setembro de 1999 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação);
2001	Aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 , de 9 de janeiro de 2001);
2003	Criação do o Programa Brasil Alfabetizado (Decreto nº 4.834 , de 8 de setembro de 2003);
2004	Regulamentação dos Artigos da LDB referentes à educação profissional, com vistas à integração entre o ensino médio e o ensino fundamental e o ensino fundamental técnico (Decreto nº 5.154 , de 23 de julho de 2004);
2005	Criação do Programa Escola de Fábrica (Lei nº 11.180 , de 23 de setembro de 2005);
2006	Instituição do ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória aos seis anos de idade (Lei nº 11.274 , de 6 de fevereiro de 2006);
2006	Criação do Programa Nacional de Integração da educação profissional com a educação básica, na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (Proeja) (Decreto nº 5.840 , de 13 de julho de 2006);
2007	Regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação básica e de Valorização dos profissionais da educação (Fundeb) (Lei nº 11.494 , de 20 de junho de 2007);
2007	Criação do o Índice de Desenvolvimento da educação básica (Ideb);
2007	Lançamento do o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE);
2011	Criação do o Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (Pronatec) (Lei nº 12.513 , de 26 de outubro de 2011);
2014	Aprovação do o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005 , de 25 de junho de 2014);
2015	Lançamento da a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
2016	Instituição do Médio Tec, uma ação do Programa Pronatec;
2017	Lançamento do o Programa Educação Conectada (Decreto nº 9.204 , de 23 de novembro de 2017);
2017	Homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pela Portaria 1.570 , de 20 de dezembro de 2017;
2018	Instituição do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) (Portaria nº 331 , de 5 de abril de 2018) e;
2019	Lançamento do Programa Novos Caminhos , em 8 de outubro de 2019.

Fonte: MEC, 2020, criado pela autora.

Os quadros apresentados, anteriormente, expressam as normas regulamentadoras do campo da educação. A partir do que foi elencado, podemos questionar: os investimentos

externos, como os do Banco Mundial, eram necessários para desenvolver políticas educacionais? O Estado teria como realizar investimentos, planejamento na e para a Educação, se esta área fosse um dos principais objetivos de gestão?

Dentre as discussões em torno do papel do Banco Mundial em relação aos investimentos efetuados nos estados brasileiros, havia dois enfoques distintos e divergentes, sendo autores que teciam críticas e autores que os defendiam.

No campo dos críticos, visando ampliar as discussões em torno das relações entre a educação e o Banco Mundial, consideramos as reflexões efetuadas por Melo (2004), ao destacar que houve uma mundialização da educação assentada na hegemonia norte-americana, sendo instrumentalizada por organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ambos condutores de reformas estruturais para a América Latina e Caribe. O objetivo da autora era investigar como as reformas educacionais ocorridas na América Latina e Caribe, a partir da década de 80, com destaque para o Brasil e a Venezuela, integraram o processo de condução de reformas econômicas, políticas e sociais neoliberais pertencentes à nova fase de internacionalização capitalista. Nesse sentido, demonstrou-se que as reformas educacionais ocorridas entre os anos de 1980 e 1990, na América Latina e Caribe, integraram o processo de reformas estruturais impulsionadas pelos citados organismos internacionais, sendo decorrentes do projeto neoliberal.

Segundo Melo (2004), ambos os organismos atuaram na condução de uma agenda global para a educação direcionada aos países latino-americanos, estando o pacto assentado no Programa “Educação Para Todos”, cuja ideia central era a de que a educação consistia no eixo principal para a redução da pobreza e para o crescimento econômico de países. Cumpre registrar que tal programa caracteriza-se por ser seletivo para as massas, sendo específico para uma parcela da sociedade – classe trabalhadora – que realiza trabalho simples. Em essência, na análise da autora, o Programa promoveu a restrição da educação básica e o aprofundamento das desigualdades sociais.

Ainda, na perspectiva da autora (MELO, 2004), o projeto neoliberal foi implantado na Venezuela uma década mais cedo do que no Brasil, por meio da instituição da “Comissão para a Reforma do Estado (COPRE)”, em 1984. Em 1993, foi elaborado no campo educacional o “Plano Decenal de Educação”, o qual, assim como no Brasil, seguiu a agenda comum imposta pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo decorrente do Programa “Educação Para Todos”. Na concepção da autora, “aprofunda e consolida de novas formas a desigualdade social, a super

exploração do trabalho, as práticas de extermínio e a exclusão social, entre as classes sociais e também entre os países e regiões de nosso planeta” (MELO, 2004, p. 253).

Dessa forma, conectando as colocações de Melo (2004) em relação aos empréstimos do Banco Mundial, Fonseca (2014, p. 98) elucidou que o Banco “sempre foi o principal interessado, visto que a assinatura dos acordos com os países membros era condição para sua sobrevivência como instituição financeira [...]”. Em outra obra, Souza (2017, p. 203) afirmou que o “PEC é um dos exemplos de ações que são levadas às escolas por interlocutores que gestaram o programa no gabinete e que a escola deverá operacionalizar”. A análise é relevante, pois, mesmo que a intenção tenha sido boa, a escola não participou dos processos de discussão e tomada de decisão, ou seja, não teve a autonomia respeitada.

Nesse sentido, historicamente, o Banco Mundial, com sua perspectiva político-filosófica, tem ofertado seu conhecimento técnico e seu aporte financeiro aos países em desenvolvimento. Torres (2000, p.131) destacou que, “na ótica do Banco Mundial, a reforma do sistema escolar, não é só inevitável como também urgente. Postergá-la trará sérios custos econômicos, sociais e políticos para os países”. Assim, iniciaram os acordos na educação brasileira, como destaca Franzon (2015), ao afirmar que o Acordo MEC-USAID surgiu da necessidade de adequar o ensino superior à realidade brasileira e solucionar, também, a crise pela qual passava a universidade. O Acordo foi dessa forma denominado em razão da série de convênios assinados entre o MEC e a *United States Agency for International Development (USAID)*, a partir do Golpe Militar de 1964.

O Acordo objetivou uma reforma em todos os níveis de ensino brasileiro, adotando-se, para tanto, o modelo norte-americano, especialmente, no ensino superior. Pelo papel estratégico deste nível, a reforma visava uma formação técnica mais ajustada ao plano desenvolvimentista e econômico brasileiro, em consonância com a política estadunidense para o país. Foram firmados convênios entre o MEC, por meio da Diretoria do ensino superior e a USAID, visando à constituição de uma Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES). Com base nesse acordo, foi organizada uma comissão de especialistas, cujos resultados dos estudos efetuados e das recomendações dadas não foram divulgados. O trabalho realizado nessa operação ocorreu de forma sigilosa e não houve participação popular ou das partes interessadas da sociedade (FRANZON, 2015; CUNHA, ALVES, s/d).

A USAID, por seu turno, contrataria uma instituição educacional de referência nos EUA para fornecer “quatro consultores de alto nível em planejamento educacional” para assessorarem o grupo brasileiro (CUNHA, 1988, p. 179). Pelo convênio MEC-USAID de 1967, foi determinada a reforma em todos os níveis de ensino, orientada pelos técnicos dos

Estados Unidos e imposto a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa desde o primeiro ano escolar. O Relatório ATCON, denominado Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira, também, foi uma contribuição da USAID no planejamento da política do ensino superior no país. O termo “contribuição” pode facilmente ser substituído por “intervenção”, isto é, podemos interpretar o que foi realizado como uma demonstração do intervencionismo norte-americano na educação brasileira, o que costuma ocorrer em outras áreas como política, economia, cultura etc.

Objetivando descrever os acordos firmados, destacaram-se nove acordos ou convênios assinados entre a parte brasileira e a norte-americana, cujos textos dos convênios foram citados por Alves (1968), abrangendo os três níveis de ensino.

O primeiro acordo relativo ao ensino superior - de assessoria para modernização da administração universitária – foi assinado em 30 de junho de 1966 e, em 9 de maio de 1967, reformulado e ampliado, denominando-se “assessoria ao planejamento do ensino superior”.

O convênio entre o Ministério da Educação (MEC), por meio da DES - o CONTAP e a USAID/BRASIL foi o primeiro acordo sobre ensino médio, assinado em 31 de março de 1965. Em 3 de junho de 1966, foi assinado o convênio entre a AID e MEC, por meio da SUDENE e da CONTAP – criação de um centro de treinamento educacional visando ao treinamento de professores. Em 24 de junho de 1966, foi firmado o novo convênio de assessoria para expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores de ensino médio no Brasil, prevendo o treinamento de professores secundários. Em 30 de dezembro do mesmo ano, foi assinado o acordo de planejamento de educação primária.

No ano seguinte, em 6 de janeiro de 1967, foi assinado o convênio acerca de publicações técnicas, científicas e educacionais MEC/SNEL/USAID e, em 27 de novembro, foi assinado o convênio evolução vocacional e treinamento rural, versando sobre a educação e treinamento no ambiente do campo. Posteriormente, em 17 de janeiro de 1968, foi assinado o novo convênio planejamento do ensino secundário e serviços consultivos relativos a esse tipo de ensino.

As transformações citadas ocorreram na educação brasileira ao longo de sua história e deram ênfase à educação básica, uma vez que os projetos financiados pelo Banco Mundial tinham foco nessa modalidade de ensino.

Durante as duas décadas de cooperação, o Banco Mundial definiu um conjunto de políticas educacionais, as quais vêm fundamentando a concessão de créditos para o setor. Duas tendências são perceptíveis: a primeira busca integrar os objetivos dos projetos educacionais à política de desenvolvimento do Banco para a comunidade internacional; nesta modalidade, situam-se os projetos de educação fundamental integrados a projetos setoriais específicos, como os de desenvolvimento rural, por

exemplo. A segunda atribui à educação caráter compensatório, entendido como meio de alívio à situação de pobreza no Terceiro Mundo, especialmente em períodos de ajustamento econômico (FONSECA, 2007, p. 231 - 232).

O site da Organização das Nações Unidas (ONU) nos mostrou que o Banco Mundial é “uma agência especializada independente do Sistema das Nações Unidas, é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos e doações aos 187 países-membros”¹.

Com a justificativa do foco em promover países em desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida para seus cidadãos, por meio de investimento, por exemplo, em educação e saúde, o grupo Banco Mundial atua como uma espécie de cooperativa de países.

O Banco (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD) atua como uma cooperativa de países, que disponibiliza seus recursos financeiros, o seu pessoal altamente treinado e a sua ampla base de conhecimentos para apoiar os esforços das nações em desenvolvimento para atingir um crescimento duradouro, sustentável e equitativo. O objetivo principal é a redução da pobreza e das desigualdades (ONU, 2020, *on-line*).

No Brasil, esse Banco está presente há mais de seis décadas, com inúmeros investimentos em projetos nas mais diversas áreas – educação, saúde, infraestrutura e etc. – que resultaram, durante esse período, no auxílio à implementação de algumas políticas públicas, conforme consta da página virtual (ONU, 2020, *on-line*):

O Banco Mundial é parceiro do Brasil há mais de 60 anos, e já apoiou o Governo brasileiro, estados e municípios em mais de 430 financiamentos, doações e garantias, que somam quase US\$ 50 bilhões. Anualmente, são realizados em média US\$ 3 bilhões em novos financiamentos, em áreas como gestão pública, infraestrutura, desenvolvimento urbano, educação, saúde e meio ambiente.

Para financiar algum projeto, o Banco Mundial estabelece aos países beneficiários uma série de orientações, a fim de constituir eixos padronizados para a adequação destes locais às demandas e ao mercado.

O Banco Mundial, juntamente com o Fundo Monetário, impôs o ajuste estrutural às economias devedoras durante os anos de 1980. O ajuste pautava-se no equilíbrio orçamentário; na ampla abertura comercial; na liberalização financeira, cambial e de mercados; na desregulamentação do mercado interno; na privatização de empresas e serviços públicos; nas reformas do Estado, da previdência e educacional; nas reformas tributárias, fiscal e administrativa; na flexibilização da legislação trabalhista e desestatização; na competitividade, qualidade, produtividade, eficiência e na redução dos gastos públicos (SILVA, 2002, p. 99).

¹ <https://brasil.un.org/pt-br/search?key=pobreza>

As reformas propostas pelo Banco Mundial para que a nação beneficiária se ajuste ao mercado financeiro, seguindo orientações neoliberais, visa deixar o país preparado para a entrada do capital estrangeiro. Essas propostas nos fizeram questionar se um dos objetivos dessa instituição, regida pelos responsáveis da economia capitalista global, não seria mais produzir mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado, do que cidadãos críticos.

Essas políticas, fundadas no pressuposto de que a educação pública deve ser definida pelos instrumentos do mercado, revelam, de uma parte, a utilização da educação pública como instrumento de intervenção eficaz, canal de persuasão que as instituições financeiras e os constituintes do Grupo dos Sete alcançam as políticas nacionais dos Estados sem uso de instrumentos bélicos; e, de outra, a utilização da educação pública como instrumento regulador da exclusão, dos conflitos sociais e também reintegrador dos indivíduos aptos ao sistema produtivo (SILVA, 2002, p.100).

A educação brasileira optou por aceitar a reforma proposta pelo Banco Mundial, assim, gradualmente, ela se adequou às demandas do mercado financeiro. Para o Banco, é essencial uma educação que tenha capacidade de formar profissionais técnicos, para melhor servir aos interesses do capital, o que acaba resultando em mão de obra especializada necessária para atender às exigências desse mercado.

O BIRD defende explicitamente a vinculação entre educação e produtividade, a partir de uma visão economicista. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL –, para que os países da América Latina se tornem competitivos no mercado internacional, é necessário que disponham de talentos para difundir o progresso técnico e incorporá-lo ao sistema produtivo. É imprescindível a aprendizagem mediante a prática, o uso de sistemas complexos e a interação entre produtores e consumidores. Assim, o conhecimento a ser ensinado nas escolas é definido a partir de sua operacionalidade (ALTMANN, 2002, p. 83).

A ênfase que o Banco Mundial ofereceu ao ensino profissionalizante teve início, no Brasil, a partir da década de 70. Segundo Santos (2010), foi no período de 1971 a 1978 que o ensino médio profissionalizante, industrial e agrícola, passou a fazer parte da educação brasileira.

No início dos anos 70, a Educação foi considerada, no projeto de desenvolvimento do Banco, como fator direto de crescimento econômico, ou seja, como meio para o provimento de técnicos para o setor produtivo, especialmente no nível de 2º grau. Esta diretriz explica a ênfase conferida ao ensino profissionalizante no interior dos projetos desenvolvidos à época pelo Banco junto ao ensino brasileiro (FONSECA, 2007, p. 232).

No final da década de 70, a preocupação com a educação mudou de foco. De acordo com Fonseca (2007, p. 232), “[...] o interesse do Banco direcionou-se para a educação primária”, que se intensificou nos anos 1980, devido aos ajustes econômicos realizados no país:

No final da década de 70, o interesse do Banco direcionou-se para a educação primária, doravante considerada como a mais apropriada para assegurar às massas um ensino mínimo e de baixo custo, para a consecução das novas diretrizes de estabilização econômica que o Banco irá intensificar no decorrer da década de 80: primeiramente, enquanto medida de caráter compensatório para “proteger ou aliviar os pobres” durante períodos de ajustamento. Em segundo lugar, enquanto fator de controle do crescimento demográfico e de aumento da produtividade das populações mais carentes (FONSECA, 2007, p. 232).

Na década de 90, o Banco Mundial orientou a educação no Brasil a seguir suas propostas para reforma, tendo como prioridade o “ensino médio, profissionalizante, treinamento em serviço e ensino superior deveria ser privatizado” (ALTMANN, 2002, p. 84).

O ensino profissionalizante continuou em destaque no Brasil após a década de 90. O MEC entendeu que essa modalidade de ensino seria uma política pública necessária para o crescimento do país e, dessa forma, foram criados diversos programas ao longo dos últimos anos, como podemos verificar nas referências históricas extraídas do MEC que foram expostas anteriormente.

Nesse contexto de exigência de uma educação de qualidade e que também fosse preparatória para o mercado com cursos técnicos profissionalizantes, o Banco Mundial recomendou que fosse constituído um sistema de avaliação para medir a qualidade da educação ofertada pelo Estado brasileiro. Segundo Altmann (2002, p. 81), “estabelecidas as metas e os padrões de rendimento, urge implementar sistemas de avaliação que devem monitorar o alcance das mesmas”. Dessa forma, percebemos, historicamente, que na década de 90 e, também, nas décadas decorrentes – tivemos muitas políticas públicas educacionais que promoveram meios de avaliar e direcionar melhor os rumos da educação.

Outra recomendação do Banco foi a descentralização da educação, dando maior autonomia aos Estados e Municípios, porém estabelecendo os princípios norteadores da educação em parceria com a esfera federal, pois, como aponta Altmann (2002), a nova Lei de Diretrizes e Base-LDB- (1996) orientou para uma descentralização da educação e para a importância de mecanismos de avaliação da educação ofertada.

De acordo com Carlos J. Cury (1996), há uma mudança na concepção da lei, havendo uma flexibilização em termos de planejamento e uma centralização da avaliação. O controle não é mais exercido na base – através de um currículo mínimo,

estabelecimento de carga horária específica, etc. –, mas na saída, mediante a avaliação (ALTMANN, 2002, p. 81).

O Banco Mundial propôs um modelo de ensino que estivesse em consonância com as exigências do sistema capitalista, atendendo, assim, as demandas do mercado, e deixando em segundo plano uma educação que construísse, no educando, um senso crítico. Embora o Banco insistisse na necessidade de um ensino de qualidade, suas diretrizes tratavam a educação como mercadoria, uma vez que ela tinha como foco atender às necessidades do mercado.

Desse modo, foi preciso que encontrar um equilíbrio entre uma educação que nos leve a refletir, criticamente, sobre este sistema consumista em que vivemos e não apenas reproduzi-lo, para que assim pudéssemos repensar nossas práticas e propuséssemos alternativas e, ao mesmo tempo, nos preparássemos para o trabalho e nos levassem a um desenvolvimento social e econômico sustentável.

2.2 O BANCO MUNDIAL E A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO

Política, o que é? A quem serve? Perguntas simples, mas cujas respostas podem ser consideradas complexas dadas as possibilidades distintas de interpretações.

2.2.1 Políticas Públicas Educacionais

Segundo Bobbio (1909, p.159), política deriva do “adjetivo de *polis*, significando tudo aquilo que se refere à cidade, e, portanto, ao cidadão, civil, público e social”. O termo política foi transmitido por influência da obra de Aristóteles, intitulada política. “O conceito de política, entendida como forma de atividade ou práxis humanas, está estritamente ligada ao conceito de poder” (BOBBIO, 1909, p. 160).

Outra definição sobre política abordada pelos autores Fernandes e Lagares (2015) parte do pressuposto de que a educação, enquanto uma prática social e uma política pública, em especial, o território da escola estava impregnada de racionalidade política que a identificava e a colocava naquele espaço e grupo social.

Para Carvalho (2007), todos os tipos de políticas públicas seriam considerados, direta ou indiretamente, políticas sociais, pois a sua principal característica era a transversalidade, haja vista que deviam ser um objetivo presente e permanente em todas as atividades do governo, e não uma ação setorial e conjuntural.

De outra maneira, Rodrigues (2010) definiu políticas públicas como ações de Governo que eram revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispuham sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação).

As políticas públicas foram concebidas, para Rodrigues (2010, p. 52), como um “processo, composto por um conjunto de atividades (etapas ou estágios) que visavam atender às demandas e interesses da sociedade”. Em consonância com a legislação, perpassaram ciclos de elaboração, que iam desde a preparação da decisão política, a formação da agenda, a formulação, a implementação, o monitoramento até avaliação, constituindo, assim, um conjunto articulado de ações, decisões e incentivos que alteravam uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos

A concepção de políticas educacionais era permeada por uma transdisciplinaridade que remontava conceitos dos direitos civis, políticos, educacionais e sociais que culminavam com o conceito de cidadania. Esse conceito se amparava em diversas fontes do conhecimento, como os saberes epistemológico, filosófico, sociológico, político, antropológico e jurídico, isto é, havia uma concentração de pensamentos que emergiam para construção de um conceito que contemplava a sua amplitude de abrangência.

Segundo Azevedo (2003), o conceito de políticas públicas foi definido como tudo que um governo faz e, também, podia retratar as suas omissões. Entre os diferentes tipos de políticas públicas, destacam-se três: redistributivas, distributivas e regulatórias, definidas a seguir:

Políticas públicas redistributivas: redistribuem a renda em forma de recursos ou financiamentos de equipamentos e serviços públicos. Como, por exemplo, Azevedo (2003) cita a diminuição do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), para populações de baixa renda e o aumento para as pessoas de renda mais elevada.

Políticas públicas distributivas: atendem grupos específicos e, também, têm o objetivo da oferta de equipamentos e serviços públicos setoriais. Por meio de orçamento público que financia a implementação, por exemplo: iluminação pública, pavimentação de ruas, doações de equipamentos para deficientes físicos, política tradicional no Brasil, e transferência direta de renda com condicionalidades.

Políticas públicas regulatórias: visam regular determinado setor, criando normas para o funcionamento dos serviços públicos, incluindo a educação. Normatizam as políticas redistributivas e distributivas.

Com o objetivo de entender as políticas públicas, as questões do direito e da cidadania, antes temas exclusivos das manifestações de grupos sociais, passaram a ser legitimadas pelo poder público (ABRANCHES; AZEVEDO, 2004). A legitimação ocorreu por meio da criação de instâncias políticas que permitem a participação da sociedade organizada nas questões do Estado.

Dessa forma, a primeira grande contribuição do capitalismo para o desenvolvimento dos direitos de cidadania civis foi estabelecer o primeiro direito civil universal: o direito ao livre trabalho, o que deu a todo ser humano o direito de ser dono da sua própria mão de obra e a liberdade para trabalhar em qualquer atividade. Foram os direitos de cidadania civis que deram aos trabalhadores o instrumento para elevar seu status econômico e social, outorgando-lhe o direito de reivindicar sua habilitação para os direitos sociais.

Ainda tratando de direitos de cidadania, Pinheiro Júnior (2014) retomou o conceito de cidadania de Marshall (1967), que a concebeu como a igualdade qualitativa entre os indivíduos de uma sociedade, ou seja, como a participação integral na comunidade por todos, deveriam ser admitidos como membros completos da sociedade. A cidadania seria, em síntese, o direito de ter direitos. A partir dessa concepção de cidadania, o status de cidadão estava dissociado da concepção de igualdade econômica.

O autor, também, analisou a interdependência entre a concessão desses direitos ao poder político, uma vez que os direitos sociais pressupunham um direito absoluto a um determinado padrão de civilização que dependia do cumprimento das obrigações gerais da cidadania. Cabe ressaltar que foram os direitos políticos que permitiram que as demandas sociais fossem pautadas na agenda política e modificassem a estrutura de participação na riqueza.

De acordo com o autor, o conceito de cidadania compreende três partes: civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual (ir e vir, imprensa, pensamento e fé; propriedade, celebrar contratos válidos, justiça); o político refere-se ao direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros desse organismo e o social é tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

A cidadania se estabeleceu de forma cronológica e lógica, uma vez que, primeiramente, se desenvolveram os direitos civis fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei; na sequência, os políticos, que são os direitos de participar do governo da sociedade, significando a capacidade de fazer demonstrações

políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado e só então, se chegou aos direitos sociais - aqueles que permitem a participação igualitária de todos os membros da comunidade, nos padrões básicos de vida, garantindo, assim, a participação na riqueza coletiva. A lógica se evidenciou no progresso da cidadania, que estava atrelado ao desenvolvimento econômico (PINHEIRO JUNIOR, 2014).

A incorporação dos direitos sociais à cidadania deu-se a partir da ótica de que os serviços sociais não eram um meio de equalizar economicamente a sociedade, mas um mecanismo de instauração da igualdade de oportunidades, no qual o Estado garantiria o mínimo de bens e serviços essenciais, visando igualar o status de cidadão de todos os indivíduos e não o seu nível de renda. De acordo com Pinheiro Júnior (2014), teoricamente, os direitos civis não vão ao encontro das desigualdades de classes sociais instauradas pelo capitalismo, assim como os direitos políticos de votar e ser votado.

Ressaltando, ainda, sobre políticas sociais, Faria (1998), por sua vez, acrescentou mais uma instância no território da provisão das políticas sociais; pois, segundo o autor, o regime adotado em um país quanto à provisão de serviços e criação de políticas sociais possui forte relação com os papéis atribuídos à tríade - Estado, mercado e sociedade civil que, em alguns textos, é tratada como família. A interface entre essas três instâncias promoveu diferentes arranjos de bem-estar social, tendo em vista que Estado, mercado e família formaram pilares de sustentação para a garantia dos serviços sociais e do bem-estar dos indivíduos.

As estruturas dessas instituições causaram efeitos umas às outras, pois, se considerarmos em uma estrutura familiar o número de filhos, a posição da mulher como dona de casa e no mercado de trabalho, o cuidado com os idosos e com as crianças, esses fatores influenciaram as políticas sociais do Estado que foram direcionadas para determinada estrutura familiar. Da mesma forma, as perspectivas de futuro dos membros dessa família influenciaram a estrutura familiar de acordo com as políticas do Estado. O mercado, também, influenciou e é influenciado, à medida que ofereceu esses serviços sociais, suprindo uma demanda não abarcada pelo Estado e pelas famílias ou, ainda, oferecendo serviços com maior qualidade (FARIA, 1998).

O papel, desempenhado por cada uma dessas instituições: Estado, mercado e família, na provisão desses serviços, acarretou novas formas de aplicação nos serviços sociais em determinada sociedade, por isso, foi fundamental que os arranjos institucionais favoreceram a garantia efetiva dos direitos sociais, bem como, notadamente, a intervenção estatal, que foi mensurada a partir da dimensão do papel do Estado na garantia desses serviços (FARIA, 1998).

Nesse sentido, a segunda metade do século XX demarcou o início de uma nova era mundial, quando as tensões das duas grandes guerras, que transformaram a dinâmica global, no que tange aos setores socioeconômicos e político cultural, já se esvaíram, dando espaço a novas lógicas de ação voltadas para o que foi chamado Estado de Bem-Estar Social. Esse contexto evidenciou o grande impulso do desenvolvimento e as orientações das políticas Keynesianas, quando o Welfare State ascendeu graças à proteção do governo aos cidadãos e consequente institucionalização dos direitos de cidadania (FARIA, 1998).

No Brasil, os processos de desenvolvimento econômico, modernização social e participação política, desencadeados desde a década de 1930, despertaram o interesse de pesquisas sobre a dinâmica das políticas sociais no País. O crescimento populacional ocorrido foi o fator que determinou o aumento no investimento em processos de urbanização para melhoria das condições de saúde e bem-estar da população, ocasionando, consequentemente, o surgimento de diversas classes de trabalhadores que, por sua vez, ocasionou uma série de problemas sociais, fazendo com que o Estado brasileiro criasse políticas sociais para solucionar essa demanda e que, também, fossem favoráveis ao progresso do desenvolvimento econômico (COLLARES, 2014).

No final da República Velha, iniciou-se a implantação de programas de incremento de ordem econômica e social, visando à incorporação dos trabalhadores urbanos e rurais em situação de pobreza, que não se beneficiavam do progresso proposto por essas iniciativas governamentais. Esses programas estavam relacionados à inclusão e à integração ao mercado formal de trabalho, tendo um ápice com a industrialização, especialmente, em meados de 1920, justamente pela constatação da necessidade de intervenção, por parte do Estado, na esfera da educação e da saúde. Logo, como solução dessas demandas sociais, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública. Em seguida, sob a liderança do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, iniciando, desse modo, um agrupamento de instituições que formavam um sistema de proteção social (COLLARES, 2014).

Nesse contexto, em se tratando de políticas educacionais, a escola pública é uma instituição social que tem como papel atender a todos indistintamente com qualidade, tendo por finalidade, segundo a Constituição Federal, no seu Art. 205 (BRASIL, 1988), garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para a concretização desses objetivos, foram criadas políticas públicas, como pontes para interligar as determinações e objetivos legais com a realidade local. Desse modo, se estabeleceu o diálogo entre as políticas públicas e a escola, uma vez que

esta é o ambiente concreto para a realização daquelas e, por isso, sofre os reflexos advindos das políticas públicas educacionais, direta ou indiretamente, assim como, também, interfere nessas políticas.

Nesse sentido, Cury (2014) destacou o papel da Constituição Federal de 1988 ao definir a competência da União, dos Estados e Municípios, estabelecendo a necessidade da organização de seus sistemas de ensino em regime de colaboração, direcionando as atividades educacionais.

No campo da educação, são exemplos de políticas públicas implantadas para alcançar os objetivos propostos pela Constituição Federal: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- FUNDEF, Plano de Desenvolvimento da Escola -PDE, Programa de Dinheiro Direto na Escola- PDDE, Programa Bolsa Família- PBF, Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, - Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, Programa Nacional de Transporte Escolar- PNATE, Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, Sistema de Seleção Unificada-SISU, Programa Universidade para Todos -PROUNI e Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a rede Escolar Pública de Educação Infantil- PROINFÂNCIA.

2.2.2 Os Planos de Educação e as Políticas Públicas

De acordo com Duarte (2007), o direito à educação está previsto na Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental e de natureza social. Diante do contexto, o Estado brasileiro tem o papel de garantir o direito à educação de qualidade e de organizar todo o sistema educacional. Para cumprir seu papel de Estado na sistematização da educação nacional, assim como no âmbito dos entes federados, os planos de educação foram concebidos como articuladores dos sistemas (BRASIL, 1988, art. 214) e documentos direcionadores de políticas públicas, as quais devem ser pensadas, envolvendo a sociedade e elencadas a partir dos problemas locais.

No referido cenário, o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) e, conseqüentemente, os planos estaduais, distrital e municipais ultrapassam os planos plurianuais de governos, por meio de articulações institucionais e participação social tanto nos momentos de sua elaboração como no seu acompanhamento, monitoramento e avaliação. O PNE foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014, contemplando os planos estaduais e municipais, que configuram, na atualidade, o desafio para a implantação de uma educação de qualidade. O

Plano Nacional, amparado na Constituição Federal, tem como objetivos a melhoria da qualidade da educação e efetivar os deveres do Estado em relação à esse direito social.

Destacamos os Artigos 208 e 214 da Constituição Federal que explicitam a razão política dos Planos de Educação, nos seguintes termos:

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidade por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 2014).

De acordo com os Artigos mencionados da Constituição Federal, compreendemos que os planos devem contemplar o cenário nacional, estadual e municipal, razão pela qual se mostra de extrema relevância o diagnóstico situacional (GONÇALVES, 2022). A seguir, as metas, estratégias e diretrizes precisam ser definidas de modo a contemplar a melhoria da educação em face da realidade apresentada. Por fim, há de se ter uma visão sistêmica dos Planos (PNE, PEE e PME), de forma que se apresentem de maneira articulada e com capilaridade, devido ao sistema federativo e ao regime de colaboração estabelecidos em lei.

Embora tenham sido concebidos como políticas públicas e apresentem características comuns com outros planos, os Planos de Educação possuem suas especificidades. Assim, é de suma importância o alinhamento entre os Planos Municipal de Educação (PME), PNE e Plano Estadual de Educação (PEE), fazendo-se necessário, dessa maneira, que todos os segmentos da sociedade e das três esferas de governo se envolvam na construção dos PEE da mesma forma que se envolveram na construção do PNE e façam o mesmo em relação ao PME no seu respectivo município.

Desse modo, o PEE precisou refletir uma pactuação entre o governo estadual e os governos municipais em cada estado, tendo em vista que as metas estaduais deviam ser refletidas em uma combinação de metas municipais em cada unidade da federação. O somatório das metas estaduais deve, portanto, ser suficiente para o alcance das metas nacionais. Evidenciou-se, assim, a necessidade do diálogo na construção das metas entre o PNE, PEE e PME. (FERREIRA; NOGUEIRA, 2016).

Em se tratando do PME, segundo Ferreira e Nogueira (2016), é um Plano do município, e não apenas da rede ou do sistema Municipal, implicando compreender que o Plano Municipal de Educação é de todos que moram no Município, contemplando, dessa forma, todas as necessidades educacionais do cidadão, extrapolando as possibilidades de oferta educacional direta da prefeitura. Não se estabelece como um plano de uma administração da prefeitura ou da Secretaria Municipal de Educação, uma vez que atravessa mandatos de vários prefeitos e dirigentes municipais. É um trabalho conjunto que envolve as três esferas de gestão: federal, estadual e municipal e de representações dos diversos segmentos da sociedade.

Outra característica de relevância do PME é a intersetorialidade, isso porque o projeto de educação de um Município não é tarefa apenas do órgão gestor da rede de ensino, mas do conjunto de instituições dos governos, com a participação ativa da sociedade. O PME terá a responsabilidade de traduzir e conciliar os desejos, as necessidades e as capacidades educacionais do Município para a oferta da educação básica, em todas as suas etapas e modalidades (FERREIRA; NOGUEIRA, 2016).

Delgado (2011), reconhecendo que uma das funções primordiais das políticas públicas é provocar mudanças, afirmou que “no interior da escola, em especial, nos seus princípios e, por decorrência, na forma de organização e desenvolvimento do trabalho escolar, portanto, interferindo diretamente nas práticas dos professores e em sua cultura”. Dessa forma, acrescentou a autora: “(...) a construção de uma nova cultura escolar, com outras práticas, normas e concepções, não depende apenas de mudanças legais, mas, sobretudo, da criação de condições efetivas para tal, o que incide em alterações das condições de trabalho oferecidas ao professor, estrutura da escola e preparo técnico e pedagógico aos docentes” (DELGADO, 2011, p. 3).

Para Ferreira e Nogueira (2016), embora as metas do PNE, como políticas públicas, sejam direcionadas à melhoria da educação, repercutindo no cotidiano das escolas, a lei por si só não é suficiente para determinar a mudança da realidade, tendo em vista que é necessário

um ambiente receptivo e propício, aberto a mudanças da cultura escolar, para que a lei possa ter efeito.

Ao observarem as metas do PNE, esses autores perceberam que as onze primeiras metas, nomeadas como metas estruturantes, reservam-se à garantia do direito à educação básica com qualidade, que diz respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais. Essa garantia incumbe ao Município o desafio de investir fortemente na educação infantil, conferindo centralidade no atendimento das crianças de 0 a 5 anos. Com esse objetivo, é primordial o levantamento amíúde da demanda por creche e pré-escola, no sentido de materializar o planejamento da expansão, que compreende, também, o trabalho de busca ativa de crianças em âmbito Municipal, projetando o apoio do Estado e da União para a expansão da rede física e para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Ainda segundo os autores Ferreira e Nogueira (2016), outro desafio nacional é assegurar acesso pleno de crianças e jovens de 6 a 17 anos aos ensinos fundamental e médio, inclusive, com ampliação da oferta de educação profissional. Nesse sentido, é necessário que os estados e municípios projetem a ampliação e a reestruturação de suas escolas, na perspectiva de uma educação integral, dando primazia à articulação da escola com os diferentes equipamentos públicos, espaços educativos, culturais e esportivos, revitalizando os projetos pedagógicos das escolas nessa direção. Destaca-se que, dentre as metas do PNE, as de número 4 e 8 constituem um grupo de metas específico para tratar da redução das desigualdades e à valorização da diversidade.

Esses mesmos autores reforçaram que a política pública deve fortalecer sistemas educacionais inclusivos em todas as etapas, viabilizando acesso pleno à educação básica obrigatória e gratuita. Para alcançar esses objetivos, os estados e os municípios devem se comprometer com a equidade, em parceria com a União, para viabilizar o atendimento das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Por outro lado, segundo o PNE, as metas 12, 13 e 14 relacionam-se ao ensino superior que, embora seja da responsabilidade dos governos federal e estaduais, não descompromete os municípios, uma vez que é nesse nível de ensino que são formados os professores da educação básica, bem como todos os outros profissionais que atuarão no Município, contribuindo para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local. Por seu turno, as metas 15 e 18 tratam da valorização dos profissionais da educação, no que diz respeito aos

planos de carreira, salários atrativos, condições de trabalho adequadas, processos de formação inicial e continuada e formas criteriosas de seleção, que são requisitos para o estabelecimento de uma equipe de profissionais comprometidos com a melhoria da qualidade da educação básica pública (LEI N°13.004/2014; FERREIRA; NOGUEIRA, 2016).

Feitas essas considerações teóricas e documentais, a próxima seção abordará a educação no Estado do Tocantins com foco na Educação Básica e no PEC.

3 A EDUCAÇÃO NO TOCANTINS E O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO (PEC) DO BANCO MUNDIAL (2012 a 2020): CONTEXTO, INTENÇÕES E AÇÕES

Nesta seção, apresentamos resultados de revisão bibliográfica e pesquisa documental objetivando compreender o Programa Estrada do Conhecimento (PEC), seus objetivos e ações de financiamento, para o Estado do Tocantins, relacionados à educação no período de 2012 a 2020.

3.1 NUANCES HISTÓRICAS DA CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

Concomitante aos fatos históricos seculares da criação do Estado do Tocantins há a constituição do povo tocantinense, como a população do país, miscigenada. Historicamente, o Estado do Tocantins possui 7,1%, de negros na população, destacando-se com proporção acima da média nacional de 6,2% (CASTRO, 2004).

Em relação aos povos indígenas, o Estado apresenta um total de 13.171 índios (Censo 2010) distribuídos em oito etnias indígenas existentes: Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô Kanela, Apinajé e Avá Canoeiros (BARBOSA, 2016). O destaque para a formação étnica constituiu-se no sentido de que, nos relatos históricos encontrados na literatura, há pouca menção sobre a existência dos indígenas e que estes precisam ser reconhecidos histórico e socialmente. Embora a população tocantinense seja, naturalmente, constituída de povos tradicionais, indígenas e negros, existe, também, um preconceito geral em relação a essas populações, demonstrado, em especial, pela falta de políticas públicas de atendimento para esse grupo.

A partir dos destaques efetuados nos parágrafos anteriores, discorreremos sobre o processo histórico do Tocantins, conforme relato dos autores que se seguem.

O processo de colonização portuguesa no Brasil teve um caráter semelhante a outras colonizações europeias, como, por exemplo, a espanhola, ou seja, pela conquista e o extermínio dos indígenas. A colonização do Brasil se deu dentro do contexto da política mercantilista do século XVI, que via, no comércio, a principal forma de acumulação de capital, garantido, principalmente, por meio da posse de colônias e de metais preciosos. Segundo Amado e Garcia (1989), além de desbravar, explorar e povoar novas terras, os colonizadores tinham, também, uma justificativa ideológica: a expansão da fé cristã. Portugal iniciou a colonização no Brasil pela região costeira, facilitando o acesso, porque as terras eram propícias para o cultivo da cana de açúcar, produto principal para a exportação.

Segundo Rodrigues (2001), enquanto os colonizadores portugueses se concentravam no litoral, no século XVII, ingleses, franceses e holandeses conquistavam a região norte brasileira, estabelecendo colônias que serviriam de base para, posteriormente, a exploração do interior do Brasil. Os franceses, depois de devidamente instalados no forte de São Luís, na costa maranhense, iniciaram a exploração dos sertões do Tocantins. No ano de 1610, os franceses chegaram ao Rio Tocantins, fonte de riqueza e navegação. O referido Rio nasce no planalto central de Goiás e corta todo o Estado do Tocantins.

Com base em Parente (1999), o Estado do Tocantins conquistou três denominações: norte de Goiás, depois, minas de Goyazes e, atualmente, Tocantins. Historicamente, o norte do Goiás, após a queda da mineração, era sinônimo de atraso econômico, involução social e muita pobreza (PALACIN, 1979; PARENTE, 1999). Essa região foi palco, primeiramente, de uma fase épica vivida pelos seus exploradores, “que em quinze anos abriam caminhos e estradas, vasculharam rios e montanhas, desviam correntes, desmatam regiões inteiras, rechaçaram os índios, exploram, habitam e povoam uma área imensa (...)” (PALACIN, 1979, p. 30).

Contudo, essa atividade foi efêmera e logo entrou em decadência, levando essa região à profunda estagnação econômica, tendo a pecuária extensiva e a economia de subsistência como principais atividades econômicas. Essa situação começou a mudar a partir da vinculação do centro-sul de Goiás aos mercados de Minas Gerais e São Paulo, que inseriram essa porção do território goiano na dinâmica produtiva nacional (BARBOSA, 1998; PARENTE, 2003; FEITOSA, 2011).

Palacin (1979, p. 133) escreve que o declínio da mineração foi irreversível e impactou na região:

consigo os outros setores a uma ruína parcial: diminuição da importação e do comércio externo, menor arrecadação de impostos, diminuição da mão de obra pelo estancamento na importação de escravos, estreitamento do comércio interno, com tendência à formação de zonas de economia fechada e um consumo dirigido à pura subsistência, esvaziamento dos centros de população, ruralização, empobrecimento e isolamento cultural.

Flores (2013, p. 63) relatou as dificuldades de compreender como a população que vivia nos arraiais ia moldando sua forma de vida, pois as grandes distâncias dificultavam a comunicação e “onde os braços do poder público não alcançam, o poder local acaba por adquirir dobraduras diferentes”, surgindo, então, o mando local.

A Coroa Portuguesa tomou consciência de que só por meio do povoamento, da agricultura, da pecuária e do comércio com outras regiões que a capitania poderia retomar o

fluxo comercial de antes. Com a saída para a crise “voltaram-se as atenções para as possibilidades de ligação comercial com o litoral, através da capitania do Pará, pela navegação dos rios Tocantins e Araguaia” (CAVALCANTE, 1999, p. 39).

O autor destaca, ainda, que o Alvará de 18 de março de 1809 dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas (regiões): a Comarca do Sul e a Comarca do Norte. Esta recebeu o nome de Comarca de São João das Duas Barras, assim como chamaria a Vila que, na confluência do Araguaia no Tocantins, teve nomeado o desembargador Joaquim Theotônio Segurado como seu ouvidor. A nova comarca compreendia os julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Traíras e Flores.

Esse mesmo autor afirmou que, no período do Império, ocorreram duas tentativas de divisão: a defesa de Visconde de Taunay, na condição de deputado pela Província de Goiás, propondo a separação do norte goiano para a criação da Província da Boa Vista do Tocantins, com a Vila, capital em Boa Vista (Tocantinópolis), em 1863 e, de modo mais concreto, em 1889, com o projeto de Fausto de Souza para a redivisão do Império em 40 províncias, constando a do Tocantins na região que compreendia o norte goiano.

Segundo Silva (1999), o Consórcio Operacional da Zona Norte (CONORTE) apresentou à Assembleia Constituinte uma emenda popular com cerca de 80 mil assinaturas como reforço à proposta de criação do Estado. Assim, foi criada a União Tocantinense, organização suprapartidária com o objetivo de conscientização política em toda a região norte para lutar pelo Tocantins e, também, por meio de emenda popular. Com objetivo similar, nasceu o Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, que conquistou importantes adesões para a causa separatista. "O povo nortense quer o Estado do Tocantins. E o povo é o juiz supremo. Não há como contestá-lo", reconhecia o governador de Goiás na época, Henrique Santilo (SILVA, 1999, p. 237).

Em junho de 1987, o deputado José Wilson Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembleia Nacional Constituinte, redigiu e entregou ao Presidente da Assembleia, o deputado Ulisses Silveira Guimarães, a fusão de emendas, criando o Estado do Tocantins, que foi votada e aprovada no mesmo dia. Pelo Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988, nascia o Estado do Tocantins.

A cidade de Miracema do Norte, localizada na região central do novo Estado, foi escolhida como capital provisória. No dia 1º de janeiro de 1989, foi instalado o Estado do Tocantins e empossados o Governador José Wilson Siqueira Campos, seu vice, Darci Martins Coelho, os Senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya;

juntamente com oito Deputados Federais e 24 Deputados Estaduais. No dia 5 de outubro de 1989, foi promulgada a primeira Constituição do Estado. A atual Capital, Palmas, foi instalada em 1º de janeiro de 1990, situada no centro geográfico do Estado, numa área de 1.024 Km² desmembrada do Município de Porto Nacional, para ser a Sede do Governo Estadual.

O Estado do Tocantins tem vivenciado inúmeras mudanças culturais, sociais, econômicas, ecológicas, climáticas, dentre outras, no entanto, as mudanças políticas têm sido em uma escala muito inferior, conforme argumentam Souza (2017), ao tratar da situação de pequenos grupos que governam o Estado desde sua criação, e Fernandes (1981), ao apontar a desmoralização coletiva de uma ordem de transição ultra repressiva e conservadora.

É importante considerar que essa abordagem panorâmica que trata das questões políticas do Estado do Tocantins é relevante para a discussão, haja vista que evidencia ações de desenvolvimento e de investimentos do Estado.

3.2 A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS

3.2.1 A Educação na Rede Estadual de Ensino

O Tocantins é o Estado mais novo do Brasil. Sua fundação data do ano de 1988, como se observa no início desta seção. Esse Estado é composto por um grande número de migrantes e imigrantes provenientes das mais diversas regiões brasileiras, que encontraram uma oportunidade de buscar uma melhor qualidade de vida. Além da diversidade cultural das demais etnias, aqui vivem indígenas e quilombolas.

Por consequência da jovialidade do Estado, a educação tocantinense possui uma composição diferente. Os profissionais que aqui atuam, por serem, em quantidade expressiva, advindos de outros estados, têm uma diversidade de sotaques, costumes e experiências. Não se nega a cultura ou sotaque próprio do estado, ou de uma maioria, como goianos ou maranhenses que compõem a população tocantinense, proveniente de um ou outro Estado, mas, pelo fato de o antigo norte de Goiás tornar-se unidade federativa recentemente, promoveu o encontro de pessoas de diferentes regiões, que com a riqueza de suas experiências podem, em conjunto, propor uma educação rica em diversidade.

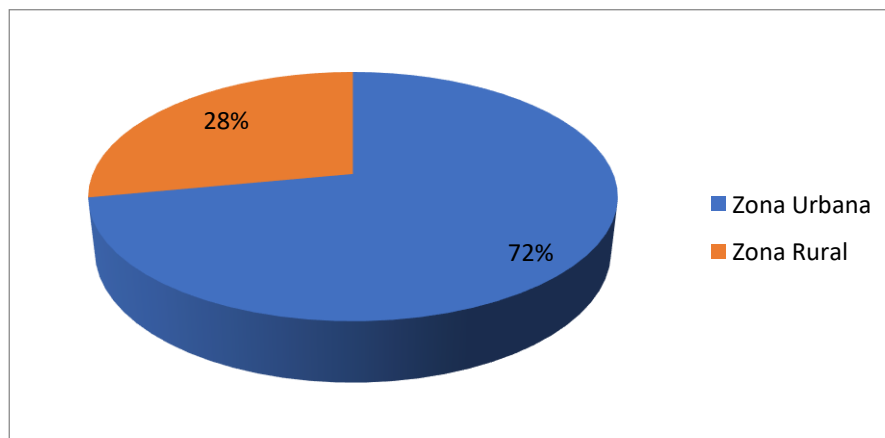
Dessa maneira, temos, no Estado, uma educação que traz consigo um pouco de cada canto do Brasil, uma alteridade de pensamentos que combinam com a diversidade que compõe esse estado localizado no centro do Brasil (FAUSTO, 2014). Por isso, devido à

pluralidade cultural existente, é necessário aprender a administrar um ambiente com os mais diversos desafios. A educação tocantinense tem que estar preparada e se preparar continuamente para os mais diversos públicos como: indígenas, quilombolas, educação especial, educação do campo, educação urbana, educação para os reeducandos/privados de liberdade, dentre outros. Um dos desafios é a educação indígena, que atende os povos em suas distintas etnias, são elas: Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô Kanela, Apinajé e Avá Canoeiros. O Estado disponibiliza o suporte necessário para que tais povos possam, de acordo com a cultura de cada um, desenvolver uma educação com características próprias, inclusive, preservando a língua materna. Para que a educação tocantinense possa garantir educadores com uma formação com qualidade nessas regiões, por exemplo, a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes (Seduc) oferta, nos meses de janeiro e julho, o curso de magistério indígena para professores dessas comunidades.

Outro exemplo de público que necessita de atendimento especializado é a educação quilombola, embora o Estado, assim como na educação indígena, proponha uma educação que evidencie e respeite a cultura local. De acordo com dados da Seduc (SEDUC.RELATÓRIO,2019), o Tocantins conta com 44 comunidades quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP), além de duas escolas em área quilombola: a Escola Estadual Silvério Ribeiro Matos, que atende a comunidade Mumbuca em Mateiros (região do Jalapão), com 86 alunos matriculados, e a Escola Estadual Fulgêncio Nunes, na Comunidade Quilombola Chapada da Natividade (comunidade quilombola urbana) no município de mesmo nome, que atende 391 alunos.

De acordo com o Censo de 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019), a rede estadual de ensino tocantinense contava com um total de 496 escolas, como veremos nos gráficos 1 e 2 a seguir:

Gráfico 1 - Estabelecimentos da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino

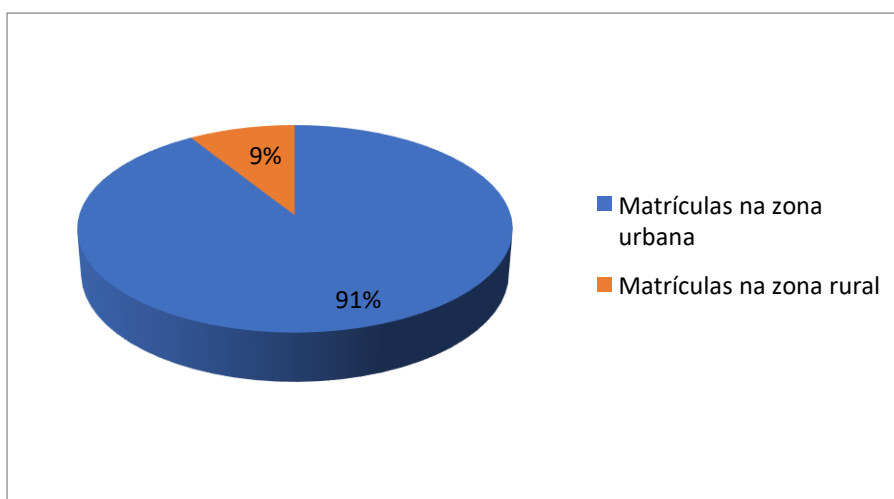


Fonte: MEC/INEP/ SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2019

No gráfico, podemos observar que a maior parte das unidades de ensino estão localizadas na área urbana, 72% representam um total de 356 estabelecimentos e 28% representam as escolas que não pertencem à zona urbana, com um total de 140 unidades de ensino. Dessa forma, a Educação estadual totaliza 496 unidades de ensino espalhadas por todo seu território.

No Censo de 2019, realizado pelo INEP, o número de estudantes matriculados no sistema estadual de ensino do Estado do Tocantins totalizava 152.370 matrículas, como se observa no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Matrículas da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino



Fonte: MEC/INEP/ SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2019

O gráfico demonstra que a maioria dos estudantes matriculados se encontra na zona urbana, enquanto uma minoria está fora dela. Em um total de 152.370 matrículas, a zona urbana (91%) representa 138.142 estudantes matriculados, enquanto na zona rural há (9%) e soma 14.228 estudantes matriculados.

Embora o Estado do Tocantins tenha sua economia baseada no agronegócio, constatamos que a maioria dos estudantes frequenta unidades educacionais da zona urbana. Mesmo que a minoria das unidades escolares e matrículas sejam dos estabelecimentos da zona rural, sabemos como é importante oportunizar aos estudantes frequentarem, também, escolas em locais afastados das áreas urbanas, tendo em vista que o Tocantins é um Estado onde há muitas pessoas que se encontram em áreas distantes da zona urbana do Município ao qual pertence, como nos casos dos povos indígenas e quilombolas, citados anteriormente.

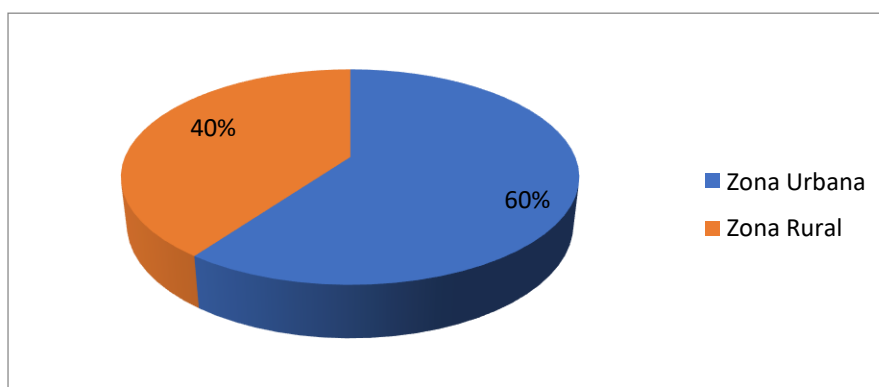
3.2.2 A Educação na Rede Municipal de Ensino

O Estado do Tocantins localiza-se na região norte do Brasil e possui uma extensão territorial de 277.621,858 quilômetros quadrados, divididos em 139 municípios, abrangendo as mais diversas influências culturais, seja quilombola, indígena e etc., os mais variados ambientes, como o Jalapão e a Ilha do Bananal, muitos rios e córregos/afluentes que moldam a paisagem tocantinense e, também, uma diversidade econômica que abrangem latifundiários e assentados, grandes produtores e a agricultura familiar. Embora o Estado seja majoritariamente voltado para o agronegócio, há certa variedade na sua produção como: gado, soja, cana de açúcar, milho, artesanato de capim dourado e etc.

Como dito anteriormente, o Tocantins, por ser novo, abriga muitos imigrantes/migrantes e, nos municípios, sendo a representação da casa das pessoas no Estado, encontramos a tão citada diversidade de culturas e sotaques que apontamos.

Na educação, temos na rede municipal de ensino, assim como no Estado, pessoas com as mais diversas experiências, que são contributos valiosos no processo de construção de uma educação que respeita a alteridade. No Censo Escolar de 2019, realizado pelo INEP (BRASIL, 2019), os municípios, somados, contavam com uma rede de ensino que resultava em um total de 927 estabelecimentos de educação básica, como veremos no gráfico a seguir.

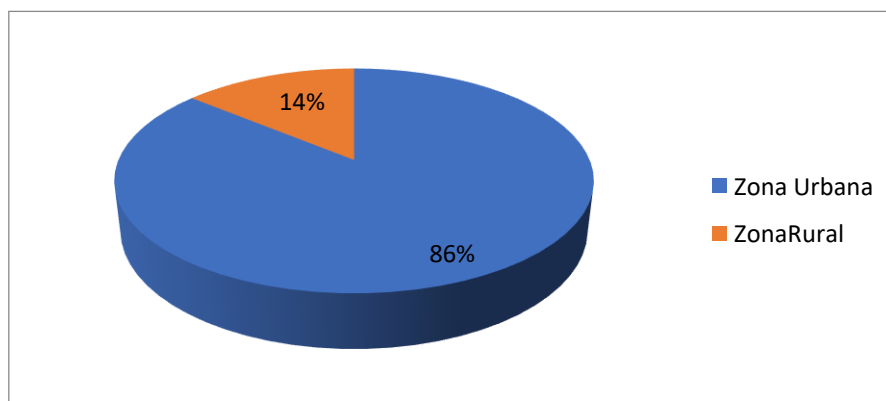
Gráfico 3 - Estabelecimentos da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino



Fonte: MEC/INEP/ SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2019

O gráfico apresenta um número maior de estabelecimentos na zona urbana (60%), representando um total de 552 estabelecimentos e a zona rural (40%) correspondendo a 375 unidades educacionais.

Os estudantes matriculados na rede municipal de ensino, segundo o Censo de 2019 do INEP, somam um total de 196.662 matrículas, como veremos no gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Matrículas da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino:

Fonte: MEC/INEP/ SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2019

As matrículas, em um universo de 196.662, em sua maioria, como podemos observar no gráfico, advém da zona urbana (86%), que corresponde a 169.293 estudantes matriculados e a zona rural (14%), corresponde a 27.369 estudantes matriculados.

3.3 CONHECENDO O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO

Consta como objetivo de desenvolvimento do Projeto do PEC “promover a melhoria da eficácia do transporte rodoviário e maior eficiência dos serviços públicos selecionados, para apoiar a agenda de desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado do Estado do Tocantins” (DBM, 2012, anexo III).

Para Torres (2009; 2011), o Banco Mundial transformou-se na principal agência de assistência técnica em educação para os países em desenvolvimento. Para isso, seus técnicos manifestam sobre a educação dos países, juntamente com governos nacionais, bem como, sustentam e subordinam a área a um modelo econômico após algumas conferências mundiais, como a de março de 1990, que teve a participação do Brasil, a Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia. Convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial, a constituição de acordos e auxílios no intuito de manter e sustentar a ordem econômica mundial.

Logo, dessa Conferência Mundial de Educação para Todos, emanou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que se comprometeu em assegurar a universalização da educação básica a todas as Nações e garantir a todos os conhecimentos necessários a uma vida digna, humana e justa (TORRES, 2009; 2011).

No Estado do Tocantins, segundo Souza (2017, p. 34), o PEC, oriundo do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), financiado com recursos contraídos do Banco Mundial, justificado com a intenção de melhoria nos transportes rural e de maior oferta de serviços públicos para o Estado, totaliza “trezentos e setenta e cinco milhões de dólares americanos, aprovado em Lei Estadual em 2009 e a aprovação no Senado Federal em 2012”. Com esses aportes, foi firmado o acordo de compromisso Nº 8185- 0/BR entre o Banco Mundial e o Governo brasileiro (SOUZA, 2017).

O empréstimo firmado entre o Banco Mundial e o Estado do Tocantins foi de caráter intersetorial e contou com a participação de nove Secretarias de Estado, tendo cada uma elaborado um projeto para executar a partir de suas necessidades e submeter ao PDRIS. Nesses termos, a Seduc propôs o PEC, que recebeu uma parcela de recursos para ser aplicado no período de 2012 a 2017, destinada à educação pública.

A Secretaria da Educação apresentou o PEC como um Programa de governo que teve como objetivo “promover educação efetiva e integrada de modo a viabilizar o acesso à qualidade de vida e a inclusão social das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social às margens da Rodovia Belém Brasília.” (PEC, 2011, p. 7).

Os estudos de Fonseca (1998) e Pereira (2009) colaboraram para o entendimento da disposição do Banco Mundial para a concessão de créditos aos setores sociais, inclusive, à educação. Desta forma “para fundamentar a política social, o Banco produziu, a partir dos anos 1970, um discurso de caráter humanitário, respaldado por princípios de sustentabilidade, de justiça e de igualdade social”. (FONSECA, 1998, p. 37).

Assim, a justificativa, no documento PEC, se deu nos seguintes termos: “o Governo do Tocantins sedimentou em suas forças políticas o slogan *Cuidar das Pessoas*, firmando-se assim, um marco de responsabilidades para todos os propósitos de uma nova gestão das políticas públicas que se instaura como um Novo Tocantins.” (PEC, 2011, p. 9).

No PEC, foi referido que o Banco Mundial dispensaria US\$ 5 milhões e o Estado do Tocantins, em contrapartida, o equivalente a US\$ 1 milhão, totalizando US\$ 6 milhões, que seriam utilizados na execução do PDRIS, para a Secretaria de Educação, que havia constituído o PEC, para a reforma de seis escolas públicas estaduais. Assim, uma parcela da educação básica pública no Estado de Tocantins foi contemplada a partir desse empréstimo de recursos do Banco Mundial.

Para integrar o Programa, foram eleitos, no Estado, os municípios em situação de extrema pobreza – onde foram atendidos os municípios objetos desta pesquisa. Considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o Tocantins

apresentava, em números absolutos, 1.383.445 habitantes e o índice de pobreza de 41,28%. Também, foram utilizados dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O documento, Relatório nº 63731 – BR (TOCANTINS, 2011), que fundamenta o PDRIS (TOCANTINS, 2012), apresentou que a qualidade da educação no Brasil estava melhorando e exigiu um monitoramento dos resultados, dando ênfase à qualidade do Ideb, bem como “a) qualidade dos professores; b) índices de repetição e distorção de idade-ano escolar [...]; e c) qualidade do ensino médio”. (TOCANTINS/Relatório nº 63731 – BR, 2011, p. 145). Esses elementos utilizados como norteadores para a construção do PEC (2011) fizeram parte da política, materializando o projeto do Banco Mundial no Tocantins.

Segundo Souza (2017), a educação como prática social desempenha importante função para os menos favorecidos e faz-se necessário que se materialize na escola pública. É nesta perspectiva que deve ser, ou seja, com o objetivo de que as escolas públicas, que atendem os filhos dos trabalhadores, também, os preparem para a emancipação.

Como mencionado anteriormente, para o desenvolvimento do Projeto, sete órgãos foram envolvidos: a Secretaria do Planejamento e Modernização da Gestão Pública - Seplan, administradora direta dos recursos; a Agência de Máquinas e Transportes do Tocantins - Agetrans, detentora da maior parcela de recursos, tida como primeiro componente, com gerenciamento de cerca de 80% do valor total do projeto, para melhorar a acessibilidade da população rural em estradas vicinais, as condições de transporte em trechos pavimentados, a conectividade e condições de segurança no trânsito e, ainda, o planejamento e gestão do transporte e logística.

O segundo componente contemplava ações que visavam à eficácia nos serviços públicos. Nessa etapa, para a Educação Básica pública, os recursos foram utilizados no PEC para seis unidades escolares. Houve, também, o envolvimento da Seplan, para modernização e descentralização dos serviços administrativos; Agricultura e Pecuária - Seagro e Instituto de Desenvolvimento Rural - Ruraltins, para realização de atividades voltadas à promoção de negócios rurais e criação de oportunidades para atrair investimentos sustentáveis.

Outrossim, envolveram-se o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semades e Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, que investiram em prol da melhoria da gestão, do sistema de licenciamento, monitoramento e medidas de execução ambiental, além de estudo de novas políticas públicas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais e desenvolvimento da biodiversidade.

Na educação, os objetivos do Programa estavam assim constituídos:

§ Promover educação efetiva e integrada de modo a viabilizar o acesso à qualidade de vida e a inclusão social às crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social às margens da Rodovia Belém Brasília;

§ Viabilizar a melhoria da qualidade do ensino mediante a utilização de situações didáticas significativas de forma a garantir a permanência do aluno na escola;
Desenvolver estratégias de ensino diversificadas de forma a contemplar as necessidades e as potencialidades dos estudantes;

§ Estimular a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda para alunos (as) e famílias em situação de vulnerabilidade social (PEC, 2011, p. 7).

Tais objetivos traduzem a intenção de um trabalho cooperativo e fortalecido para atender jovens e crianças em situação de vulnerabilidade, estudantes das escolas que estão às margens da Rodovia Belém-Brasília (PEC, 2011).

Segundo Souza (2017), o PDRIS, sob nº de identificação P-121495, foi o terceiro empréstimo contraído pelo Estado do Tocantins e parte do Relatório nº 97, de 05 de novembro de 2012 (nº 496, de 2012, na origem), da em que a Presidente da República da época propõe que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Tocantins e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados a financiar parcialmente o PDRIS.

O PDRIS foi inserido no Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o período 2012-2015, aprovado pela Lei nº 2.538, de 16 de dezembro de 2011. O representante do Poder Executivo, Governador José Wilson Siqueira Campos, garantiu que constaram da Lei Orçamentária Estadual de 2012 – Lei nº 2.547, de 22 de dezembro de 2011 – dotações suficientes à execução do Projeto (SOUZA, 2017).

Ainda, segundo o mesmo autor, para dimensionar o financiamento contraído pelo Estado do Tocantins, oficializado no ano de 2012, e a sua forma de organização, foram demonstrados os órgãos que participariam do PDRIS: Tribunal de Contas do Estado, Secretaria da Fazenda, Seplan/UGP, que concentra a coordenação do projeto, a Procuradoria Estadual e Auditoria, além da Seinfra, Semads, Seduc e Seagro.

O quadro que segue representa os recursos oriundos do PDRIS, como empréstimos do Banco Mundial ao Estado do Tocantins, no ano de 2012.

Quadro 4 – Distribuição dos recursos – em dólares e reais Referência mês Junho/2012 Valor do Dólar R\$ 2,049

		COMPONENTE 1 - MELHORAMENTO DO TRANSPORTE RURAL				
		BANCO MUNDIAL (US\$)	BANCO MUNDIAL (R\$)	ESTADO	TOTAL (US\$)	Total (R\$)
Subcomponente 1.1 - Melhoramento das condições de transporte nas redes municipais		70	143,43	0	70	143,43
Subcomponente 1.2 - Melhoramento da segurança rodoviária nas estradas estaduais não pavimentadas		0	0	24	24	49,18
Subcomponente 1.3 - Rejuvenescimento e melhoramento da eficiência do gerenciamento da malha rodoviária estadual		160	327,84	0	160	327,84
Subcomponente 1.4 - Melhoramento das condições de transporte na rede estadual		0	0	40	40	81,96
Subcomponente 1.5 - Melhoramento da capacidade de planejamento e gerenciamento do transporte, da logística e segurança.		5	10,25	1	6	12,29
Sub - Total do Componente 1		235	481,51	65	300	614,70
		COMPONENTE 2 - MELHORAMENTO DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM UMA SELEÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS				
Subcomponente 2.1 - Modernização da administração.		11	22,54	2,5	13,5	27,66
Subcomponente 2.2 - Apoio ao desenvolvimento da produção local.		5	10,25	1	6	12,29
Subcomponente 2.3 - Melhoramento do gerenciamento meio ambiental		11	22,54	2,5	13,5	27,66
Subcomponente 2.4 - Melhoramento da qualidade na educação		5	10,25	1	6	12,29
Subcomponente 2.5 - Melhoramento do atendimento dos usuários de serviços públicos e as condições de trabalho		8	16,39	3	11	22,54
Sub - Total do Componente 2		40	81,96	10	50	102,45
DESPESAS FINANCEIRAS E DE GERENCIAMENTO NÃO ALOCADO					10	
VALOR TOTAL (US\$) (dólares)					375	
VALOR TOTAL (R\$)					768,37	

Fonte: SOUZA (2017, p. 152). Valores em real pela autora (2022)

Segundo os dados representados no quadro anterior, os componentes estão divididos em:

1: Melhoramento do transporte rural e componente; e 2: Melhoramento da eficiência dos

serviços públicos em uma seleção de serviços públicos. Dessa forma, foi possível problematizarmos as formas de atuação econômica e política do Banco Mundial, caracterizado pelo empréstimo de recursos a juros, que, majoritariamente, foram destinados ao melhoramento do transporte rural, da malha viária e uma parcela consideravelmente menor para o melhoramento da eficiência dos serviços públicos.

No componente 1, estão os grandes empresários e empreiteiras, evidenciado pelo volume de dinheiro destinado aos volumosos investimentos do capital, na indústria, comércio e exploração. Por outro lado, no componente 2, na gestão pública, a nova lógica meritocrática prevê recursos que são menores e que tem o papel de empreender esse novo conceito orientado pelo Banco Mundial. Assim, o subcomponente 2.4, nosso tema de estudo, referiu-se ao melhoramento da qualidade da educação e ao valor de seis milhões de dólares, contabilizado nos negócios vendáveis do Banco Mundial. O segundo componente contemplou ações que visavam à eficácia nos serviços públicos. Nessa etapa, para a educação básica pública, os recursos foram utilizados no atendimento às escolas em municípios às margens da BR-153.

Segundo Souza (2017), o PDRIS estava previsto para ser desenvolvido em cinco anos, porém, o Estado assumiu com o projeto de empréstimo e juros contraídos do Banco Mundial em 24 anos e meio, contando com mais 5 anos de carência. A conta que o Estado paga em longa data mantém as rendas do Banco na condição de instituição financeira, que vende produtos aos governos. São, essencialmente, os juros que o Estado transfere para o Banco que proporcionam que essas dívidas sejam contraídas para pagamento em longo prazo.

3.3.1 Programa Estrada do Conhecimento, objetivos e ações de financiamento

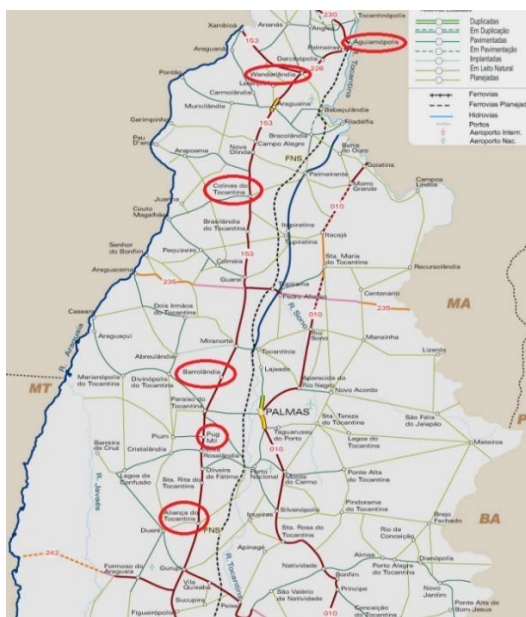
Segundo os documentos orientativos, o Programa prevê parcerias firmadas com instituições governamentais e não governamentais e, também, com as prefeituras dos Municípios de Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia, “objetivando atender as Unidades Escolares que apresentam índices acentuados de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social” (PEC, 2011, p.6), devendo ser executado no prazo de cinco anos, no período de 2012 a 2017. No entanto, em 2020, o projeto ainda estava em andamento, com projeção para finalizar em 2021. Como dito anteriormente, o PEC possui caráter intersetorial, com a participação de nove Secretarias Estaduais e duas Autarquias, sendo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins) e Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins).

Na justificativa e apresentação do PEC, foi ressaltado que “este Programa se instaura por um problema complexo, determinado por desigualdades socioeconômicas e culturais, evidenciado há décadas e que foi acentuando-se ao longo dos últimos anos.” (PEC, 2011, p.9). Com essa realidade, o Programa desenvolveu a ideia de que são necessárias ações:

educacionais inovadoras, as quais englobam novas perspectivas para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem, incorporando ao currículo formas lúdicas e atrativas para os alunos, bem como, ações didático-pedagógicas que possam implementar uma visão de empreendedorismo para suplantar as forças de ganho ilícito que permeiam as crianças e adolescentes nos seis municípios [...], os quais apresentam maior incidência de vulnerabilidade social no ‘*corredor*’ Belém-Brasília. (PEC, 2011, p. 9).

Conforme o PEC (2011), o empréstimo foi concedido ao Estado do Tocantins por meio do PDRIS, reservado um percentual para a Secretaria de Educação, a ser aplicado no Programa, direcionado para os municípios e unidades escolares que se iniciou no ano de 2012. As fontes de recursos e os valores são referentes à cotação do dólar em US\$ 1.8, quando foi firmado o projeto. O Banco Mundial propunha US\$ 5 milhões e o Estado do Tocantins, por em contrapartida, o equivalente a US\$ 1 milhão, totalizando US\$ 6 milhões a serem utilizados na execução desse Programa. Com esse aporte de recursos, o PEC evidenciou a vulnerabilidade social e o Ideb, como fatores preponderantes abordados no Programa (PEC, 2011; SOUZA, 2017).

3.3.2 Conhecendo os municípios envolvidos no Programa Estrada do Conhecimento – PEC

Figura 1 - Mapa da localização dos municípios atendidos pelo PEC

Fonte: Relatório PEC-Seduc, (2019)

3.3.3.1 Aguiarnópolis

O Município localiza-se na região norte do Estado do Tocantins. Conforme o Censo (2010), a cidade de Aguiarnópolis possui 5.162 habitantes, desses, 3.628 são pardos, com uma densidade demográfica de 21,93 hab/km², o PIB per capita de R\$ 18.719,04, o IDHM de 0,657 e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 96,9%. Os dados do IDEB estão representados na tabela que segue.

Tabela 1 – Dados Ideb – Município de Aguiarnópolis

Indicadores	2011	2013	2015	2017	2019
Metas Projetadas	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0
Resultado IDEB	3.4	3.8	3.9	4.4	4.8

Fonte: INEP (2022)

As metas projetadas do IBEB, contidas no INEP (BRASIL, 2022), apontam que a rede municipal não conseguiu, em nenhuma das avaliações, alcançar os indicadores projetados, levando-nos a concluir sobre a necessidade de um planejamento da educação municipal e escolar, contemplando, por exemplo, monitoramento, acompanhamento e avaliação;

metodologias específicas de ensino; avaliação interna; formação de professores; gestão escolar democrática; Projeto Político-Pedagógico.

Os dados do Censo de (2012) afirmaram ter 3.968 eleitores e 672 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Em 2017, o salário médio mensal era de 1.6 salário mínimo, indicadores que apontaram a fragilidade socioeconômica do Município, com a má distribuição de renda e sérios indicadores negativos para a gestão dos recursos públicos.

Aguiarnópolis alcançou, em 2010, um Produto Interno Bruto de R\$ 65.256 milhões, com um crescimento de 11,6%, comparado com o ano anterior, ocupando, assim, a 44ª posição na classificação estadual do PIB. O setor de serviços foi o que apresentou uma maior participação no valor adicionado total, com uma representatividade de 58,1%, na qual a atividade que mais se destacou foi a Administração Pública. Importante ressaltar que este setor teve um crescimento de 15,9% entre 2009 e 2010 (HALUM, 2008; IBGE, 2010; IBGE, 2012; IBGE 2017).

A indústria representou 33,7% do valor adicionado, com destaque à atividade do abate de aves. A agropecuária representou 8,1% do valor adicionado total, destacando-se a criação de aves e o cultivo de mandioca e arroz. Ressalta-se, ainda, que a agropecuária, mesmo não sendo a atividade mais importante no município, foi a que mais cresceu, cerca de 48% entre 2009 e 2010.

3.3.3.2 Aliança do Tocantins

O Município localiza-se a uma latitude de 11°18'22" sul e a uma longitude de 48°56'09" oeste, estando a uma altitude de 333 metros. A cidade de Aliança do Tocantins é um dos principais entroncamentos rodoviários do Estado do Tocantins, sendo o ponto de encontro entre a BR-153 e a TO-070, que são duas importantes rodovias do Estado. Conforme o Censo (2010), o Município de Aliança do Tocantins possui 5.671 habitantes, com uma densidade demográfica de 3,59 hab/km², o PIB per capita de R\$ 20.773,07, o IDHM de 0,663 e a taxa de escolarização de 06 a 14 anos de 96,2%. Em se tratando de escolarização, reportamo-nos aos dados do Ideb.

Tabela 2 – Dados Ideb – Município de Aliança do Tocantins

Indicadores	2011	2013	2015	2017	2019
Metas Projetadas	4.8	5.1	5.4	5.7	5.9
Resultado IDEB	5.4	5.9	5.8	6.0	5.5

Fonte: INEP(2022)

Ao analisarmos os indicadores do Ideb, observamos que Aliança do Tocantins, desenvolveu de forma qualitativa o trabalho educacional na rede municipal de ensino, visto conseguir atingir a meta nos anos de 2011, 2013, 2015 e 2017. Isto é, parece ter atendido às demandas dos processos de ensino e aprendizagem, a minimização da evasão e os indicadores de aprovação interna, dados que auxiliam, de maneira geral, os resultados do Ideb.

Os dados do Censo de (2012) afirmam ter 3.894 eleitores e 613 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Em 2017, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,8 salário mínimo.

O Município está situado na faixa de Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Considerando a classificação do Índice: inferior a 0,5 é classificado como muito baixo, entre 0,500 e 0,599 é considerado baixo, entre 0,700 e 0,799 é considerado alto e superior a 0,8 é considerado muito alto, esse Município apresentou o índice baixo.

Aliança alcançou, em 2017, um Produto Interno Bruto de R\$114,812,74, com um crescimento de 11,38% comparado com o ano anterior, ocupando, assim, a 48º posição na classificação estadual do PIB. O setor de serviços foi o que apresentou uma maior participação no valor adicionado total, representando cerca de 33%. A atividade que mais se destacou foi a Administração Pública.

3.3.3.3 Colinas do Tocantins

O Município localiza-se a uma latitude de 8° 3' 23" Sul e a uma longitude de 48° 28' 38" a oeste, estendendo-se por 843,8 km², por em uma densidade demográfica de 3,65 habitantes por km². Segundo o Censo (2017), a cidade de Colinas do Tocantins possui uma população de 35.424 habitantes, o PIB per capita de R\$18.881,73, com um IDHM de 0,701 e a taxa de escolarização de 06 a 14 anos de 97,7%. A taxa de escolarização remete-nos a entender os indicadores da educação básica representados pelo Ideb.

Tabela 3 – Dados Ideb – Município de Colinas do Tocantins

Indicadores	2011	2013	2015	2017	2019
Metas Projetadas	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8
Resultado IDEB	4.4	5.0	4.6	5.3	5.6

Fonte: INEP(2022)

Segundo dados do INEP (BRASIL, 2022), a rede municipal de ensino de Colinas do Tocantins, dentre as cinco avaliações apresentadas, alcançou a meta uma vez, em 2013. Desta forma, tais resultados geram alguns pontos de reflexões como: a gestão educacional, a oferta da formação continuada de professores, as avaliações internas, o processo de ensino e aprendizagem.

Os dados do Censo de (2012) afirmaram ter 21.900 eleitores e 2.522 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Em 2017, o salário médio mensal era de 2,0 salários mínimos.

Colinas alcançou, em 2017, um Produto Interno Bruto de R\$ 657.820,60, ocupando, assim, a 7ª posição na classificação estadual do PIB. No município, em 2010, os serviços foram responsáveis por 68,5% do valor adicionado total. A administração pública (estadual e federal) foi a atividade com maior destaque neste setor. Seguidamente, a indústria teve uma representação de 22% do valor adicionado, destacando-se a construção civil, setor que mais cresceu entre 2009 e 2010, com 39%. A agropecuária correspondeu a 9,5% do valor adicionado, frisando que a criação de bovinos se sobressaiu neste setor, com um percentual de 81,4%.

3.3.3.4 Barrolândia

Localiza-se a uma latitude de 09°50'08" sul e a uma longitude de 48°43'31" oeste, às margens da rodovia Belém-Brasília (BR-153), estando a uma altitude de 361 metros. A área total do território é de 705,31 km².

Segundo o Censo (2017), o Município de Barrolândia possui uma população de 5.632 habitantes, IDHM de 0,642, taxa de escolarização de 06 a 14 anos de 95,7 % e o PIB per capita de R\$ 14.386,09. Em relação aos municípios do Programa, Barrolândia apresentou a menor taxa de escolarização, como demonstrado pelo Ideb.

Tabela 4 – Dados Ideb – Município de Barrolândia

Indicadores	2011	2013	2015	2017	2019
Metas Projetadas	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5
Resultado IDEB	4.9	4.0	5.3	5.1	5.5

Fonte: INEP (2022)

Segundo dados do INEP (2022), a rede municipal de Barrolândia, das cinco avaliações apresentadas, alcançou a meta projetada em três avaliações, podendo considerar como um indicador que necessita de atenção e foco nas avaliações internas.

Os dados do Censo de 2012 afirmam ter 4.555 eleitores e 734 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Em 2017, o salário médio mensal era de 1,5 salário mínimo. A cidade alcançou, em 2017, um Produto Interno Bruto de R\$ 81.180,69, ocupando, assim, a 68ª posição na classificação estadual.

Barrolândia possui uma forte pecuária e agricultura extensiva. No município, são criadas cerca de 60.000 cabeças de bovinos de corte e aproximadamente 8 mil vacas leiteiras. O Município, também, se destaca na avicultura e produção de ovos, com um plantel de 5.700 galinhas poedeiras e 6.000 frangos. Barrolândia tem apresenta uma forte tradição na produção de mel com uma média de 15.000 kg, considerada a “Capital do Mel”, além de sua grande cultura de abacaxi.

As áreas agricultáveis da região são utilizadas para o plantio de grãos e fruticultura, com uma produção de bananas que ultrapassa as 500 toneladas. O segmento da indústria ainda está em fase de implantação na cidade, com um maior número de empresas dedicadas ao processamento de matérias-primas. Atualmente, o setor do comércio e serviços está inserido em um período de consolidação, com a abertura de novos empreendimentos.

3.3.3.5 Pugmil

Situado a 300 metros de altitude, Pugmil tem as seguintes coordenadas geográficas: latitude: 10° 25' 27" Sul Longitude: 48° 53' 46" Oeste. O município se estende por 401,8 km² e a densidade demográfica é de 5,9 habitantes por km² no território do município.

Vizinho dos Municípios de Paraíso do Tocantins, Nova Rosalândia e Chapada de Areia, Pugmil situa-se a 28km a Sul-Oeste de Paraíso do Tocantins, a maior cidade nos arredores.

De acordo com o Censo 2017, o Município de Pugmil possui uma população estimada de 2.688 habitantes, e uma densidade de demográfica de 5,90 hab/km², o IDHM de 0,642, a taxa de escolarização de 06 a 14 anos de 95,7 % e PIB per capita de R\$ 18.313,39. Da mesma forma que o Município anterior, a taxa de escolarização é baixa, comparada aos demais municípios atendidos pelo Programa.

Na mesma proporção, encontram-se os dados do INEP (2020) sobre o Ideb. Observamos que, em 2011 e 2013, a rede municipal não apresentou resultados, conforme orientações do INEP. Nesse caso, duas situações podem ter ocorrido: ter um número insuficiente de participantes no SAEB, para que os resultados sejam divulgados; e, sem média no SAEB, não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado. Em relação às avaliações dos anos 2015, 2017 e 2019, a rede municipal conseguiu alcançar a meta projetada no ano de 2019, devendo, também, a gestão Municipal refletir sobre os indicadores e suas práticas de ensino e aprendizagem, bem como sobre s investimentos destinados à educação.

Tabela 5 – Dados Ideb – Município de Pugmil

Indicadores	2011	2013	2015	2017	2019
Metas Projetadas	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3
Resultado IDEB	—	—	4.1	4.8	5.8

Fonte: INEP(2022)

Quanto aos indicadores sociais, em 2015, havia 1.712 eleitores e 304 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Em 2017, o salário médio mensal de 35,8% da população era de 1,5 salário mínimo. Nesse mesmo ano, Pugmil alcançou o Produto Interno Bruto de R\$ 48.530,48, ocupando, assim, a 96^a posição na classificação estadual.

3.3.3.6 Wanderlândia

Localiza-se a uma latitude de 06° 50'57" sul e a uma longitude de 47°57'47" oeste, estando a uma altitude de 257 metros, com uma área territorial de 1378,81 km².

Rica em recursos hídricos, o Município de Wanderlândia possui em torno de 27 lindas cachoeiras. A cidade encontra-se localizada às margens da Rodovia Belém-Brasília, no entroncamento entre a BR-153 e a BR-226. O Município situa-se na Microrregião de

Araguaína, estando próximo aos Estados do Maranhão e Pará. A densidade demográfica, no território, é de 5,9 habitantes por km².

De acordo com Censo (2019), o município de Wanderlândia possui uma população estimada em 11.683 habitantes e uma densidade demográfica de 8,00 hab/km². O IDHM é 0,638 e a taxa de escolarização de 06 a 14 anos é de 96 %.

A seguir, apresentamos os indicadores do Ideb da rede municipal.

Tabela 6 – Dados Ideb – Município de Wanderlândia

Indicadores	2011	2013	2015	2017	2019
Metas Projetadas	—	—	4.7	4.9	5.2
Resultado IDEB	—	4.4	4.2	4.7	4.7

Fonte: INEP(2022)

A rede municipal não alcançou nenhum indicador projetado em relação ao Ideb, em nenhum dos anos dispostos, necessitando de uma avaliação criteriosa em relação à gestão educacional e ao papel da escola. Em 2017, o Ideb, nos Anos iniciais do ensino fundamental da rede pública, teve média de 4,7% e, nos Anos finais, 4,6%.

Quanto aos indicadores sociais, o PIB per capita de Wanderlândia, registrado pelo Censo 2017, foi de R\$ 13.507,58. Em 2015, havia 6.966 eleitores e 1.253 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Em 2017, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era em torno de 1,8 salário mínimo. O Censo registrou, em 2017, um Produto Interno Bruto de R\$ 157.728,00 para Wanderlândia, ocupando, assim, a 27^a posição na classificação estadual.

3.3.4 Ações realizadas e execução financeira nas escolas da rede municipal e estadual dos Municípios envolvidos no Programa Estrada do Conhecimento.

O quadro que segue contextualiza as escolas e sua modalidade de oferta, bem como a quantidade de estudantes matriculados nas redes estadual e municipal.

Quadro 5 – Escolas do Programa (PEC) e quantidade de estudantes – 2019.

MUNICÍPIOS	Unidade de Ensino/Município	Modalidade de ensino ofertada	Quantidade de alunos matriculados-2019
Aguiarnópolis	EM Antônio José Filho	Pré escola, Anos iniciais (1º ao 5º ano) Anos finais (6º ao 9º ano) e Educação Especial.	190
	Colégio E. Nazaré Nunes da Silva	Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA	542
	EM Degraus do Saber	Pré escola, Anos iniciais (1º ao 5º ano), Anos finais (6º ao 9º ano), EJA e Educação Especial.	410
	Creche Municipal Professora Maria Amélia	Pré-escola e creche	195
Aliança do Tocantins	EM Duque de Caxias	Anos iniciais (1º ao 5º ano) Anos finais (6º ao 9º ano) e Educação Especial.	409
	Col. Est. Anita Cassimiro Moreno	Ensino Fundamental e Ensino Médio	321
Colinas do Tocantins	EM Doutor Pedro Ludovico Teixeira	Anos iniciais (1º ao 5º ano), Anos finais (6º ao 9º ano), EJA e Educação Especial.	570
	Col. Est. Lacerdino de Oliveira Campos	Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA	409
	EM José Teodoro Rodrigues	Pré escola, Anos iniciais (1º ao 5º ano) e Educação Especial.	182
	EM Primavera	Anos iniciais (1º ao 5º ano) e Educação Especial.	326
Barrolândia	EM Criança Feliz	Anos iniciais (1º ao 5º ano), EJA e Educação Especial.	270
	Escola E. Paulina Câmara	Ensino Fundamental	269
Pugmil	EM João Pereira da Mota	Anos finais (6º ao 9º ano)	95
	EM José Batista Maciel Bastos	Anos iniciais (1º ao 5º ano) e Educação Especial.	191
	Colégio E. Darcy Ribeiro	Ensino Fundamental e Ensino Médio	189
Wanderlândia	EM Antônio Neto das Flores	Pré-escola, Anos iniciais (1º ao 5º ano), EJA e Educação Especial.	122
	EM Cândido Araújo	Anos iniciais (1º ao 5º ano), Anos finais (6º ao 9º ano) e Educação Especial.	152
	EM José Henrique dos Santos	Pré-escola, Anos iniciais (1º ao 5º ano), Anos finais (6º ao 9º ano) e Educação Especial.	152
	Colégio E. José Luiz Siqueira	Ensino Fundamental e Ensino Médio	440
	Total		5.434

Fonte: censo escolar/2019; www.qedu.org.br

O atendimento educacional é um dos focos do Banco Mundial dentro do PDRIS com o desenvolvimento do PEC. A seguir apresentamos os quadros com as ações e os investimentos na educação do Tocantins, por meio do PEC, desde o ano de 2016.

Quadro 6 - Ações e execução financeira PEC 2016

Objeto/Ação	Município/Escola Estadual	Valor Contratado	Valor Executado ²	Status
Contratar consultoria para realizar estudo longitudinal de alunos do ensino médio ao longo de 4 anos.	Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil, Wanderlândia.	R\$ 3.173.196,71	R\$ 1.317.629,22	Concluída
Contratação de consultoria para o treinamento de observadores da sala de aula e na formação dos professores com base nos resultados da Pesquisa Stallings.	Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil, Wanderlândia.	R\$ 347.477,83	R\$ 243.234,48	Concluída
		Total Contratado R\$ 3.520.674,54	Total Executado R\$ 1.560.863,70	

Fonte: Relatório do PEC-Seduc (2019)

Quadro 7 - Ações e execução financeira PEC 2017

Objeto/Ação	Valor Contratado	Valor Executado	Status
Contratação para serviços de consultoria especializada para prestar serviços de assessoramento técnico e apoio logístico para realizar a pesquisa piloto de observação de sala de aula, com base na metodologia stallings.	R\$ 428.555,96	R\$ 192.850,03	Concluída
Contratação de serviços de apoio logístico para a Formação de Diretores da rede Estadual de Ensino do Tocantins e ainda de Técnicos da Seduc na Formação de Gestão para Aprendizagem.	R\$ 1.304.127,20	R\$ 254.137,20	Concluída
Consultor Individual para o Treinamento do Instrumento Avaliação de Impacto.	R\$ 146.287,07	R\$ 58.514,82	Concluída
Consultor Individual para Coordenação de Campo da Pesquisa de Avaliação de Impacto.	R\$ 212.533,02	R\$ 63.759,89	Concluída
Consultor para acompanhar a Formação de Gestores (Monitoramento e Avaliação)	R\$ 103.200,00	R\$ 30.960,00	Concluída
Total Contratado R\$ 2.194.703,25		Total Executado R\$ 600.221,94	

Fonte: Relatório do PEC-Seduc (2019).

² Variação entre valores de contratação e valores executados: depende da medição da obra, os valores podem sofrer variações, também podem e acréscimos dos materiais e mão de obra, sempre há variações.

Quadro 8 - Ações e execução financeira PEC 2018

Objeto/Ação	Valor Contratado	Valor Executado	Status
Obra de Reforma e Ampliação do Col. Est. Lacerdino de Oliveira Campos – Colinas do Tocantins – TO.	R\$ 2.438.782,33	R\$ 380.911,41	Em Execução
Obra de Reforma e Ampliação do Col. Est. Anaides Brito Miranda – Guaraf – TO.	R\$ 2.876.445,88	R\$ 1.115.577,03	Em Execução
Obra de Reforma e Ampliação da Esc. Est. Jucelino Kubitschek de Oliveira – Paraíso do Tocantins – TO.	R\$ 2.464.865,84	R\$ 1.149.962,14	Em Execução
Obra de Reforma e Ampliação do Col. Est. Conceição Brito – Fátima – TO.	R\$ 3.130.764,90	R\$ 369.038,52	Em Execução
Obra de Reforma e Ampliação da Esc. Est. Ana Maria de Jesus – Alvorada – TO.	R\$ 2.208.449,04	R\$ 522.574,52	Em Execução
Total Contratado R\$ 13.119.307,99		Total Executado R\$ 3.538.063,62	

Fonte: Relatório do PEC-Seduc (2019).

Quadro 9 - Ações e execução financeira PEC 2019

Objeto/Ação	Valor Contratado	Valor Executado	Status
Contratação de Consultoria para implementar ações voltadas para a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, nas cidades de Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia.	R\$ 745.889,47	R\$ 0,00	Em Execução
Obra de Reforma e Ampliação do Col. Est. Anita Cassimiro Moreno – Aliança do Tocantins.	R\$ 1.400.000,00	870.170,15	Em Execução
Total Contratado R\$ 2.145.889,47		Total Executado R\$ 870.170,15	

Fonte: Relatório do PEC-Seduc (2019).

Quadro 10 - Total de investimentos – PEC 2016-2019

Total Cumulativo Contratado	Total Cumulativo Executado³
R\$ 20.980.575,25	R\$ 6.569.319,41

Fonte: Relatório do PEC-SEDUC (2019).

3 Variação entre valores de contratação e valores executados: depende da medição da obra, os valores podem sofrer variações e acréscimos dos materiais e mão de obra, sempre há variações.

4 O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO E REPERCUSSÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TOCANTINS

Nesta seção, temos por objetivo apresentar resultados sobre possíveis relações entre o PEC e o planejamento da educação no Estado do Tocantins, especificamente, o Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado em 2015, pela Lei nº 2.977, de 8 de julho, no referido período, e ações do Programa desenvolvidas junto à educação municipal e estadual, nos seis municípios: Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia.

4.1 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS E O PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO

Como disposto na Constituição Federal de 1988, no Art. 214, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59 (BRASIL, 2009), o sistema educacional deve ser articulado por um plano nacional de educação que a direcione por um período plurianual. Em 25 de junho de 2014, foi sancionada a Lei nº 13.005/2014, aprovando o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de dez anos (BRASIL, 2014). Criou-se, assim, uma espécie de pacto pela educação, de forma que este Plano fosse articulador das ações educacionais propostas pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, nos seus respectivos planos, contendo objetivos, diretrizes específicas, metas e estratégias, em consonância com o Plano Nacional.

Após a elaboração do PNE, foi necessário que cada unidade federativa constituísse seu próprio plano de educação, tendo como referência o Nacional. Ressaltamos que, no Tocantins, o PEE, aprovado em 2015, assim como o PNE, têm vigência por dez anos, sendo de 2015 a 2025 (TOCANTINS, 2015).

O Art. 2º da lei que aprova o PEE nos traz as seguintes diretrizes:

- Erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- Promoção da melhoria da educação com qualidade na formação integral e humanizada;
- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, consolidada na efetividade da autonomia administrativa, financeira e pedagógica;
- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado;
- Garantia de recursos públicos em educação com proporção que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de equidade e qualidade;
- Valorização dos profissionais da educação, com garantia de condições de trabalho;

Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;
Fortalecimento do regime de colaboração interfederativo, com definições equilibradas na repartição das responsabilidades e corresponsabilidades;
O reconhecimento da precedência da família na educação escolar até o término do ensino médio, fortalecendo e tornando efetiva a participação dos pais/mães nas políticas pedagógicas que tratem do assunto.

O PEE estabelece metas a fim de garantir a todos os estudantes o direito à educação de qualidade, considerando as especificidades de cada etapa e modalidade de ensino. Com isso, o Município, também, necessita elaborar seu próprio plano, tendo como referência o PNE e articulando-se com o PEE de seu respectivo Estado. De acordo com o Art.7, § 1º, é necessário que os Municípios:

Assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente culturais; Considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural; Garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades; Promovam a articulação Inter federativa na implementação das políticas educacionais.

Desse modo, o PNE, o PEE e os PME são fundamentais para a estruturação de estratégias a serem adotadas para promover educação de qualidade, dialogando com as demandas locais. Sem um plano que orienta as ações a serem executadas na educação, não conseguiremos propor um pacto interfederativo com estratégias e metas que, ao atender a demanda local, atenda às necessidades do país, pois, todos os núcleos educacionais são de suma importância para a formação de uma educação nacional de qualidade.

Segundo Lagares *et al.* (2015), os planos de educação tornam-se documentos com intencionalidades, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais. Esses documentos são orientadores e reguladores das ações educacionais em cada instância, logo, é preponderante que os gestores os cumpram no planejamento e execução das ações.

Tratamos em nossa pesquisa de ações e relações entre o PEC e o PEE 2015-2025. No entanto, o PEC foi construído na vigência do PEE anterior PEE (2005 a 2015) uma vez que na data de 2012 e, no desenrolar de suas ações, necessitava atender metas e estratégias do Plano Estadual de Educação à época, assim como do vigente 2015-2025.

Sendo assim, no sentido de relacionar as ações do PEC ao PEE, apresentamos o quadro a seguir, que será analisado posteriormente.

Quadro 11 - Ações do PEC e Metas e Estratégias do PEE/TO 2015-2025

ITEM	AÇÕES DO PEC – REDE ESTADUAL	METAS DO PEE4	DO ESTRATÉGIAS DO PEE5
1.	REFORMA do Col. Est. Lacerdino de Oliveira Campos - Colinas/TO	24	24.20
2.	MONITORAMENTO das escolas participantes do Programa	20; 22; 24	20.5; 22.8/22.9; 24.20/24.21
3.	FORMAÇÃO técnica e pedagógica das equipes de supervisão da SEDUC e da DRE para a realização do monitoramento e avaliação dos diretores das unidades escolares escolhidos, por meio do processo de efetivação da gestão democrática, bem como da gestão focada em resultados.	20 ou 22	20.5 ou 22.8
4.	Subprojetos escolares para as 135 escolas (compra de materiais escolares, mesas, armários, bebedouros, ventiladores)	24	24.28
5.	Implementar o ESTUDO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA contra crianças e adolescentes, nos municípios contemplados pelo PEC.	12	12.1/12.5
6.	FORMAÇÃO sobre o instrumento da avaliação de impacto e análise de resultados.	20 ou 22	20.5 ou 22.8
7.	SUPERVISÃO do modelo de gestão baseado nas escolas (acordo de resultados, gestão de RH da escola, subprojetos)	22	22.8
8.	COORDENAR AS ATIVIDADES DE CAMPO da avaliação de impacto	22	22.8
9.	REFORMA da escola estadual Darcy Ribeiro no município de Pugmil.	24	24.20
10.	REFORMA da escola estadual Paulina Câmara no município de Barrolândia.	24	24.20
11.	REFORMA do colégio estadual Nazaré Nunes da Silva no município de Aguiarnópolis.	24	24.20
12.	REFORMAR o colégio estadual José Luiz Siqueira no município de Wanderlândia.	24	24.20
13.	Assessoramento técnico e apoio logístico para realizar a PESQUISA piloto de observação de sala de aula, com base na metodologia stalling	22	22.8/22.9
14.	Realização da 1ª rodada do estudo piloto de DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE do ensino da educação infantil, nos municípios contemplados pelo PEC.	22	22.8
15.	AQUISIÇÃO DE 2 (DUAS) CAMINHONETES	24	24.28
16.	Aquisição de SERVIÇO para logística da formação da fundação LEMANN e logística da avaliação de impacto (entrevistadores).	20	20.5
17.	MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO das ações e obras nos municípios contemplados	20 ou 22	20.5 ou 22.8/22.9
18.	Realização de ESTUDO LONGITUDINAL de alunos do ensino médio ao longo de 4 anos como forma de diagnosticar e monitorar o desempenho acadêmico dos estudantes e a relevância da escola para ascensão social e profissional dos egressos do ensino médio nos municípios contemplados pelo PEC.	22	22.8

4 O PEE é composto de 24 metas que versam desde a universalização da educação infantil, até a meta de fiscalização dos recursos. Como as metas são extensas, não listamos neste documento, podendo ser acessadas: <https://www.to.gov.br/seduc/plano-estadual-de-educacao-pee/2lu5hdweyi99>

5 O PEE possui um total de 212 estratégias, com destaque especial, a meta 24 tem 47 estratégias. Precisa de muita análise e reflexões em torno deste documento.

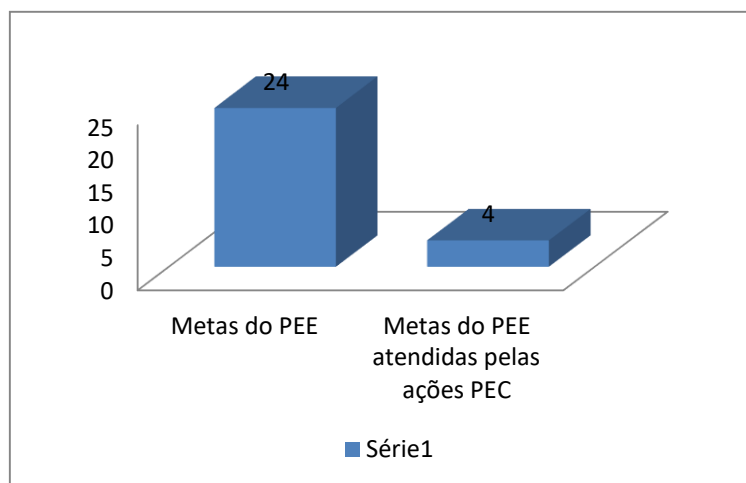
19.	TREINAMENTO de observadores da sala de aula e na FORMAÇÃO dos professores com base nos resultados da pesquisa stallings, nos municípios contemplados pelo PEC.	20	20.5
20.	Realizar PESQUISA DE GÊNERO ⁶ que permita fazer um diagnóstico dos problemas econômicos e sociais das comunidades selecionadas.	12	12.1/12.5

Fonte: PPE/Ações PEC, criado pela autora (2020)

No quadro, apresentamos as 20 ações do PEC e as estratégias do PEE (2015-2025), dentre as 920 estratégias do Plano Estadual [integrantes de suas 24 metas] correspondentes às ações do PEC.

Com o gráfico a seguir, demonstramos que, das 24 metas do PEE (2015-2025), o PEC contemplou quatro delas.

Gráfico 5 – Dados comparativos: PEE e PEC

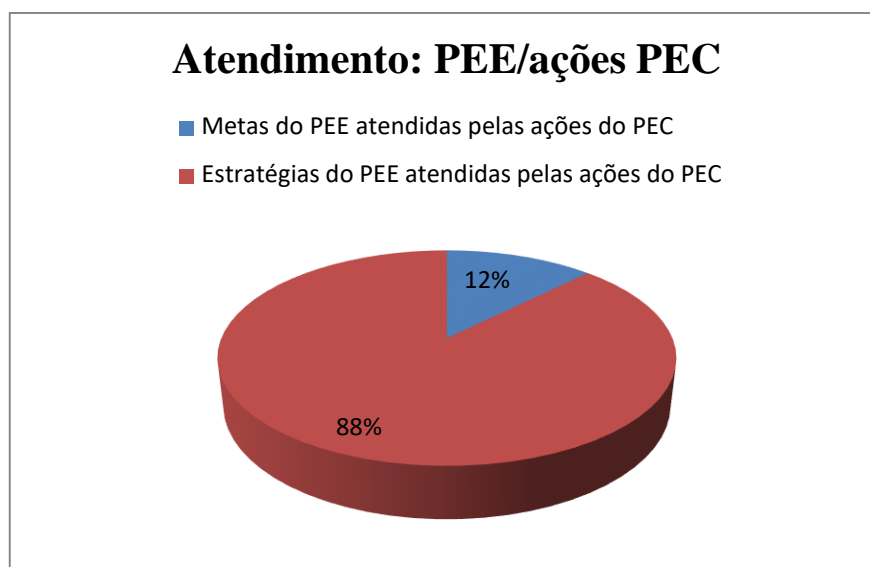


Fonte: Dados do PEE/PEC (2020)

O gráfico a seguir demonstra uma análise das ações do PEE em relação às ações do PEC, isto é, comparando as metas do PEE que atendem ao PEC, temos um total de 12% correspondente a quatro metas do PEE. O valor de 88% corresponde às ações que foram atendidas pelas ações do PEC em relação às estratégias do PEE que foram atendidas.

Gráfico 6 – Atendimento do PEE e ações do PEC

6 Não há, no PEE, menção ao estudo de gênero, sendo assim, relacionamos a categoria “estudo de gênero” à meta 12 – Universalizar, até o quinto ano da vigência deste PEE/TO, a implementação das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos na Seduc/TO, nas Diretorias Regionais de Educação, na gestão pedagógica e administrativa das escolas e no currículo da Educação Básica.



Fonte: Dados do PEE/PEC (2020).

Objetivando apreender como foram analisadas as metas e estratégias do PEE em relação às ações do PEC observamos que cerca de 88% das estratégias do Plano foram atendidas pelas ações do PEC, considerando que as ações do PEC auxiliaram na efetivação das estratégias. No entanto, questionamos: tais realizações e cumprimentos tem tido uma constância na gestão educacional? Se não houvesse o PEC com suas ações e recursos, como seriam executadas as ações do PEE?

Tabela 7 – Foco das ações do PEC

a) Reformas
b) Monitoramento
c) Formação técnica pedagógica
d) Estudo sobre gênero e violência
e) Formação sobre instrumento de avaliação
f) Estudos sobre a qualidade do ensino na educação infantil
g) Estudo longitudinal

Fonte: Projeto PEC, criado pela autora (2020-2021).

a) Reformas

Foram realizadas reformas em unidades de ensino da rede estadual localizadas nos Municípios integrantes do PEC, e Municípios não integrantes, mas que estão à margem da BR-153, cuja previsão orçamentária estava pactuada com o Banco Mundial.

Figura 2- Colégio Estadual Anaídes Brito Miranda



Fonte: Ascom/Seduc-Colégio Estadual Anaídes Brito Miranda-antes da reforma

Figura 3 - Colégio Estadual Anaídes Brito Miranda



Figura 4 - Colégio E. Lacerdino de Oliveira Campos



Fonte: ASCOM-Seduc-Colégio E. Lacerdino de Oliveira Campos-antes da reforma

Figura 5 - Colégio E. Lacerdino de Oliveira Campos



Figura 6 - Colégio Estadual Anita Cassimiro Moreno



Fonte: ASCOM/SEDUC-Colégio Estadual Anita Cassimiro Moreno-antes da reforma

Figura 7 - Colégio E. Juscelino Kubitschek de Oliveira



Fonte: ASCOM/SEDUC-Colégio E. Juscelino Kubitschek de Oliveira-antes da reforma

Figura 8 – Colégio E. Anita Cassimiro Moreno e Escola E. Juscelino K. de Oliveira



Fonte: ASCOM/SEDUC

Figura 9 – Biblioteca Colégio E. Anita Cassimiro Moreno



Fonte: ASCOM/SEDUC/ Colégio E. Anita Cassimiro Moreno

Figura 10 – Colégio E. José Luiz Siqueira



Fonte: Ascom-Seduc-Colégio no Município de Wanderlândia-TO

Figura 11 – Pátio Colégio E. José Luiz Siqueira



Fonte: Ascom/seduc-Colégio E. José Luiz Siqueira em Wanderlândia-TO(2018)

Figura 12 – Escola E. Paulina Câmara



Fonte: Ascom/Seduc- Município de Barrolândia-TO

Figura 13 – Escola E. Ana Maria de Jesus



Fonte:Ascom/Seduc-Colégio em Alvorada do Tocantins-TO(2022).

Figura 14 – Colégio E. Darcy Ribeiro



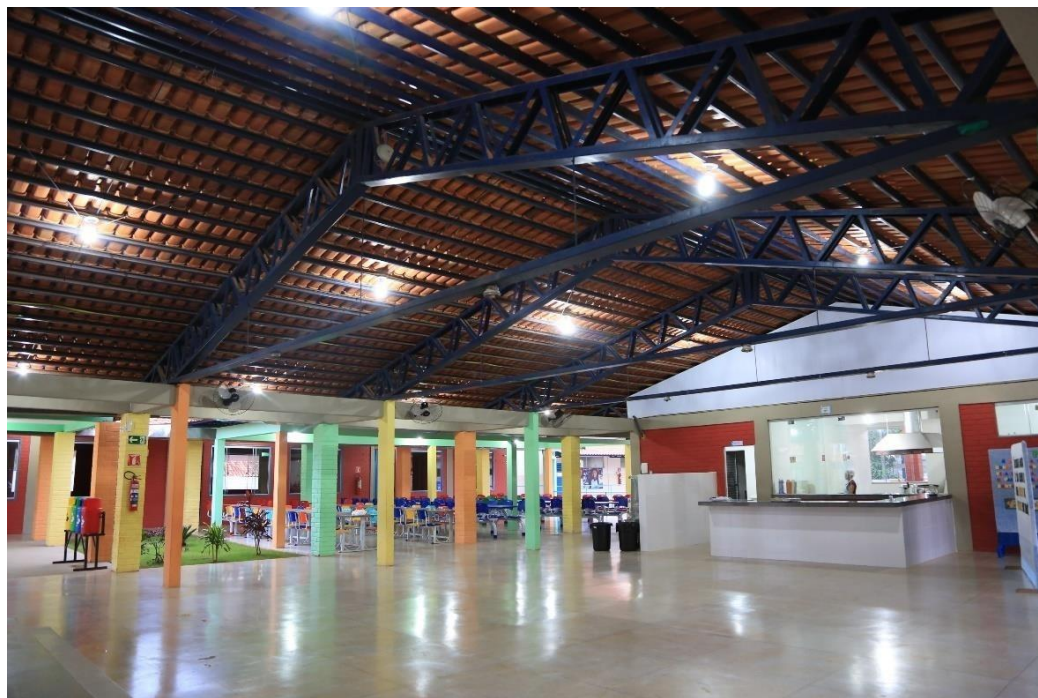
Fonte: Ascom/Seduc-Colégio E. Darcy Ribeiro – Município de Pugmil-TO

Figura 15 – Colégio E. Nazaré Nunes da Silva



Fonte: Ascom/Seduc-Entrega da reforma 2018.

Figura 16 – Colégio E. Nazaré Nunes da Silva



Fonte: Ascom/Seduc-Colégio Est. Nazaré N. da Silva – Aguiarnópolis-TO

Seriam necessárias reformas em grande parte das unidades de ensino da rede pública estadual, considerando a precariedade das estruturas físicas. No entanto, foram realizadas nas escolas que pertenciam aos Municípios contemplados no PEC, pois havia, na pactuação com o Banco Mundial, a previsão orçamentária. Além disso, eram unidades de ensino que apresentavam muitos problemas de estrutura física, ou seja, as reformas contribuíram para que cada estrutura se tornasse uma escola atrativa, que pode ser um diferencial para os estudantes desejarem permanecer e aprender com todas as condições físicas e pedagógicas para o aprendizado.

b) Monitoramento

Em relação a essa temática, a compreendemos como Lück (2009), isto é, o monitoramento se faz fundamental no rol de práticas essenciais para gestores do sistema educativo, devido ao resultado do seu feedback no corpo instrucional pedagógico, fomentando ações de reflexão, crítica e constante replanejamento.

No sentido de auxiliar o monitoramento *in loco*, foram adquiridos 02 veículos para atender, com exclusividade, as ações do PEC na Seduc, devido à Secretaria de Educação apresentar um problema específico, no que diz respeito ao número insuficiente de veículos para atender a demanda. Dessa forma, tais aquisições facilitaram o trabalho, uma vez que a Coordenação do PEC não necessitava solicitar a autorização de veículo para os monitoramentos *in loco*. A equipe de trabalho, seguindo um cronograma, observava e acompanhava toda a execução das ações do PEC, tanto na rede estadual quanto municipal. A equipe da SEDUC/PEC precisava sempre estar amparada pelos monitoramentos para realizar feedback com a equipe do Banco, pois trabalhavam com reuniões constantes.

c) Formação técnica pedagógica

A formação de professores e o atendimento ao corpo técnico tiveram uma atenção especial, pois profissionais com formação complementar e repensando o seu fazer na prática do trabalho, tendem a uma melhor prestação de serviços. “O debate em torno do professorado é um dos polos de referência do pensamento sobre a educação, objeto obrigatório da investigação educativa e pedra angular dos processos de reforma dos sistemas educativos.” (SACRISTÁN, 1999, p. 64).

No sentido de refletir sobre a formação continuada para os professores, Nóvoa (1999) destaca que conhecer o professor, sua formação básica e como ele se constrói ao longo da sua carreira profissional são fundamentais para que se compreendam as práticas pedagógicas dentro das escolas.

Dessa forma, trazer novas questões da prática e buscar compreendê-las sob o enfoque da teoria e na própria prática, permitiu articular novos saberes na construção da docência, dialogando com os envolvidos no processo que compreende a formação (IMBERNÓN, 2010). A formação continuada de técnicos e professores é basilar para a melhoria da educação:

O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos (IMBERNÓN, 2010, p. 75).

A partir dessa perspectiva, a formação continuada conquistou espaço privilegiado, por permitir a aproximação entre os processos de mudança que fomentavam no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências dessas mudanças.

d) Estudo sobre gênero e violência

Ao falar em mudanças, convém destacar que as ações do PEC trouxeram uma temática necessária e urgente de mudança no contexto educacional. Na formação técnica e

pedagógica, encontrou-se o estudo sobre gênero e violência, que teve por objetivo realizar um diagnóstico que permitisse identificar as vulnerabilidades econômicas e sociais, particularmente, às relacionadas ao tema de gênero em três Municípios: Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins e Colinas. Gênero e violência foram temáticas importantes para serem discutidas, especialmente, como temas transversais na educação. Em relação à violência, tanto no espaço educativo como na sociedade, pode-se compreendê-la um assunto que sempre está veiculado à mídia, uma vez que ele é recorrente.

O estudo apresentado por Parente (2015) trouxe um panorama da realidade do Estado do Tocantins frente à temática, tendo por objetivo realizar diagnóstico que permitisse identificar as vulnerabilidades econômicas e sociais, particularmente, relacionadas ao tema de gênero. Nesse estudo, foram realizadas entrevistas e criação de grupos focais, além de atividades e análises *in loco*, envolvendo comunidade escolar e pais dos estudantes.

Segundo o relatório 02/Diagnóstico, uma grande proporção de alunos é vítima dos problemas sociais de sua comunidade, principalmente, a prostituição infantil de meninas, comprovada pela grande quantidade de motoristas e caminhoneiros que trafegam pela BR-153, ocasionando o aumento de gravidez na adolescência, além do grande número de jovens envolvidos em gangues e drogas.

Na perspectiva de Parente (2015, p. 09), “os impactos socioeconômicos e culturais que a construção da estrada provocou são decisivos para se compreender a questão da vulnerabilidade dos adolescentes que se concentram nas cidades que margeiam a BR-153”. Nesse contexto de vulnerabilidade, o comportamento sexual do adolescente⁷ vem sendo pensado e entendido como a capacidade do indivíduo ou do grupo social em decidir sobre sua situação de risco, estando diretamente associada a fatores individuais, familiares, culturais, sociais, políticos, econômicos e biológicos (BRASIL, 2005).

A pesquisa sobre gênero trouxe vários autores que fundamentaram as reflexões sobre o tema, portanto, relevante na construção teórica que poderia ser explorada pelos setores educacionais das secretarias, visando minorizar as problemáticas que envolvem a questão de discussões, preconceitos e tabus, informações que deveriam partir da educação.

Segundo Parente (2015, p. 81), “tratar a vulnerabilidade dos (as) adolescentes sem considerar as questões de gênero inviabiliza qualquer diagnóstico que se proponha a modificar essa realidade”. Dessa forma, é importante conceituar as questões de gênero no âmbito das políticas públicas com o intuito de perceber como as ausências ou presenças delas podem corroborar para a eliminação das vulnerabilidades. O autor ressalta, também, que as

⁷ Adolescência compreende a idade entre 10 e 19 anos, segundo a Organização Mundial da Saúde.

questões devem ser pautadas nas escolas, visando à mudança de entendimento sobre a temática, envolvendo pais, professores e comunidade, considerando, também, que a Constituição Federal já nos outorgou tais direitos, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Indicadores importantes, destacados anteriormente, são trazidos por meio dos estudos oportunizados pelas ações do PEC, que deveriam ser material de gestão educacional e, também, deveriam envolver as demais Secretarias de Estado. Para destacar essas informações, seguem constatações trazidas pela pesquisa sobre gênero e violência no quadro a seguir:

Quadro 12 – Extrato do resultado das pesquisas

Tema	Descrição
Condições socioeconômicas das famílias dos estudantes	Em média de 1 a 2 salários quando trabalham; muitos pais trabalham em outra cidade; não há oportunidade de trabalho para os jovens; não visualizam oportunidade para os jovens.
Dificuldades enfrentadas quanto ao ensino e aprendizagem	As péssimas condições das escolas afetam o ensino e aprendizagem (salas quentes, sem carteiras, sem ventilação, falta de material, computadores, quadra esportiva)
Sexualidade	Não há discussões contínuas da temática nas escolas
Gravidez	Não há dentro das escolas discussões sobre a temática, sendo discutida pelo setor da saúde, em datas pontuais.
Condições das relações de gênero	Há um fortalecimento das ações desiguais de gênero em todos segmentos pesquisados
Sexualidade de meninas e meninos	Não há ações contínuas que foquem a temática da sexualidade.
Violência entre homens e mulheres	Tema é tabu. A presença do machismo nos municípios.
Violência na escola	Constatada a violência dentro da escola, que eclode para fora da escola.
Violência na comunidade	Grande violência, não existe segurança na comunidade.
Gravidez na adolescência	Grande número de jovens entre 10 a 17 anos grávidas, e muitas deixam de frequentar a escola.
Prostituição	Tema generalizado em todos os municípios, o índice de prostituição é alto.
Drogas	Problema recorrente e presente na população pesquisada.
Influência da mídia no comportamento dos jovens	Influência muito, tanto positivo como negativamente.

Fonte: Relatório02/2015, criado pela autora (2020-2021).

Ao analisar este estudo, percebemos o quanto é necessário um trabalho em conjunto da gestão estadual, visando minimizar os problemas listados e comprovados nos três municípios, que são um referencial para os demais, em especial, os situados às margens da BR-153, tendo em vista que, conseqüentemente, essa intervenção repercute no ambiente escolar. Outrossim, evidencia-se a possibilidade de se utilizar os dados para referendar ações de políticas públicas, seja na educação, saúde, planejamento ou segurança pública. Afinal, são milhões de reais

investidos em pesquisas que devem reverberar em melhorias nas ações de políticas públicas permanentes e não pontuais.

e) Formação sobre instrumento de avaliação

Ao se tratar de ações contínuas ou pontuais, torna-se valioso abordar os instrumentos de avaliação do processo educacional, e, diante disso, trazemos as discussões em torno desse item, que tratou da formação sobre instrumento avaliador.

Sobre tal formação, foi definido, pelo Programa, o “Método *Stallings*”, desenvolvido nos anos 1970, para observar, de forma sistemática, a atividade dos professores em sala de aula e seu relacionamento com os estudantes, o que tem se apresentado como uma metodologia consolidada que foi, inclusive, aplicada em um estudo piloto, realizado no Brasil em 2005, com apoio do Banco Mundial.

O método, entre outros levantamentos, mostra que uma parte significativa do tempo dos estudantes nas escolas brasileiras é desperdiçado pela ausência ou afastamento do professor da sala de aula, ou em atividades não relacionadas à educação. Além disso, os dois terços do tempo de educação ativa dos professores são dedicados a exposições e explicações, deixando pouco espaço para discussões e trabalhos práticos.

f) Estudo sobre a qualidade do ensino na Educação Infantil

Com base em relatório de trabalho da equipe do PEC/Seduc (PEC-Relatório PEC/SEDUC, 2009), as escolas da rede municipal nos Municípios atendidos pelo PEC receberam formação para os professores das creches e pré-escolas. Para isso, foi realizado um levantamento situacional pedagógico pela Empresa Triani, que apontou vários problemas em seu relatório final (PEC-Relatório PEC/SEDUC, 2009):

- estruturais: no prédio das escolas;
- em relação ao mobiliário das escolas: escassez;
- relação família-escola: há uma dificuldade entre a escola e as famílias na entrada e saída das crianças nos horários estipulados pelas escolas, que não apresentam espaço físico seguro para as crianças;
- questões pedagógicas: há uma divisão de tarefas entre a professora regente e a professora dinamizadora, no entanto, muitas vezes, estas não planejam a aula em

conjunto. A interação entre as crianças e os professores é amistosa, todavia, entre os próprios professores há pouca interação.

Em seguida, foi criado um plano de desenvolvimento para cada uma delas, sugerindo a formação para os professores e equipe pedagógica. As ações realizadas nas escolas da rede municipal na educação infantil foram:

- 1) Diagnóstico da qualidade do ensino da educação infantil, em duas etapas: início e final do Programa (TRIANI, Palmas, 2017);
- 2) Guias e Formação dos professores das escolas de educação infantil dos Municípios contemplados (TRIANI, Palmas, 2017);
- 3) Construção dos Planos de Desenvolvimento da educação infantil (TRIANI, Palmas, 2017).

Para a execução dessas ações nos Municípios, foram investidos pelo PEC um total de R\$ 72.280.913,99, resultando em uma melhor oferta para educação infantil a partir da formação dos professores.

h) Estudo longitudinal

Focando no Ensino Médio, o estudo longitudinal traçou o perfil de desempenho e eficácia no ensino dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, buscando responder alguns objetivos tais como: i) Identificar as possíveis causas do abandono escolar no contexto da vulnerabilidade dos alunos no Ensino Médio; ii) Identificar as características escolares que maximizam a aprendizagem dos estudantes, minimizando o impacto da origem social destes sobre o aprendizado e verificar quais práticas pedagógicas adotadas pelas escolas e professores para a eficácia e qualidade do ensino ofertado; e iii) Subsidiar novas políticas públicas, no âmbito do sistema de ensino, que possibilitem às escolas melhor eficácia e equidade no ensino ofertado aos alunos do ensino médio (LAGARES; VISINTAINER; DORJÓ, 2019).

O relatório e as análises comparativas “indicam que há problemas estruturais e conjunturais, extra e intraescolar, que geram resultados insatisfatórios quanto à eficácia e à qualidade do Ensino Médio ofertado nas U.E. pesquisadas.” (LAGARES; VISINTAINER; DORJÓ, 2019, p. 114).

Em relação à evasão escolar no ensino médio, “conclui-se que são diversas as causas, e derivadas de múltiplas determinações envolvendo a estrutura social/contexto extraescolar e o contexto intraescolar” (LAGARES; VISINTAINER; DORJÓ, 2019, p. 115).

A escola necessita discutir sobre o valor da educação, considerando as problemáticas da adolescência, tais como: gravidez na adolescência, necessidade de ingresso ao mercado do(a) aluno(a) como trabalhador, o consumo de drogas e bebidas alcoólicas e cooptação pelo narcotráfico.

Com base no relatório final do estudo, segundo Lagares et al (2019), nas escolas e no ensino ofertado aos estudantes do ensino médio, havia mais itens a serem melhorados do que itens bons e relevantes. Evidenciou-se que, muitas vezes, os estudantes apresentavam dificuldades em relação ao material didático pedagógico, o apoio pedagógico e a gestão escolar enfrentavam dificuldades, quanto à rotatividade e falta de formação dos professores, além de aspectos como a violência, gestão não democrática, falta de conectividade das escolas e atendimento especializado aos estudantes, dentre outros. O relatório trouxe sugestões de assuntos itens a serem discutidos, tais como: os que devem tornar-se o foco na gestão da Seduc, das DRE e das Escolas.

4.2 AÇÕES DO PEC E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ESTADUAL

Conhecendo as ações do PEC apresentadas anteriormente – reformas e adaptações [as adaptações referem-se a ampliar e ou construir salas e melhorar os espaços adequados com pinturas, dentre outras] das estruturas físicas de escolas dos Municípios no perímetro da Rodovia BR/Belém-Brasília 153; formação de professores; desenvolvimento de pesquisas e análise de indicadores de qualidade da educação. Coletamos mais informações sobre tais ações. Nesse sentido, trabalhamos com um questionário semiestruturado junto a servidores que atuam ou atuaram na execução e monitoramento do Programa nos Municípios, como docentes, gestores, diretores regionais de ensino, orientadores educacionais, técnicos, dentre outros.

O questionário foi respondido por 68 servidores, apresentando o seguinte resultado:

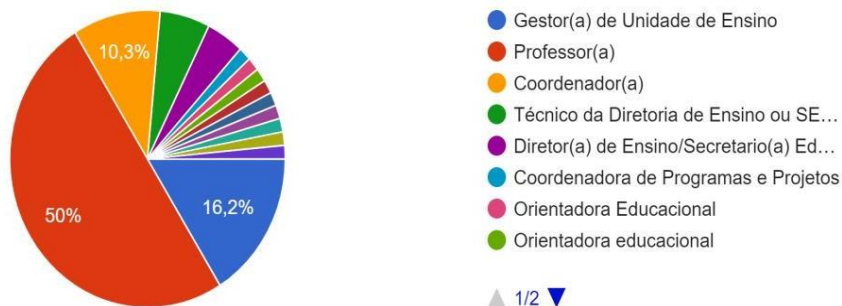
- 57,4% atuou/atua na rede estadual
- 41,2% atuou/atua na rede municipal
- 1,5% atuam em ambas as redes de ensino

A questão 2 do instrumento objetivou identificar em qual função o servidor atuou no período de 2012 a 2020. Observando o gráfico, constatamos que 50% estavam atuando como professor e os demais em outras funções tais como: coordenador, gestor e orientador, logo,

tais identificações constataram o envolvimento de todos os setores das unidades escolares nas ações do PEC.

2) No período (2012 a 2020) o senhor(a) atuou na escolas e ou município como:

68 respostas



Fonte: questionário aplicado via Google Forms, criado pela autora (2021).

A opinião dos entrevistados, quanto à melhoria da educação nos respectivos municípios ter sido significativa, representa que 97,1% dos participantes concordam que o investimento do Banco Mundial foi de suma importância. Na mesma linha de reflexão, o questionamento 4, trouxe como resultado que 86,8% dos entrevistados acreditam que o Banco deve continuar investindo nos Estados visando a melhoria da educação.

6) Quando uma instituição que financia algo, ela exige determinadas trocas, você considera que as trocas efetuadas entre banco e estado do Tocantins foram benéficas para quem?

68 respostas



Fonte: questionário aplicado via Google Forms, criado pela autora (2021).

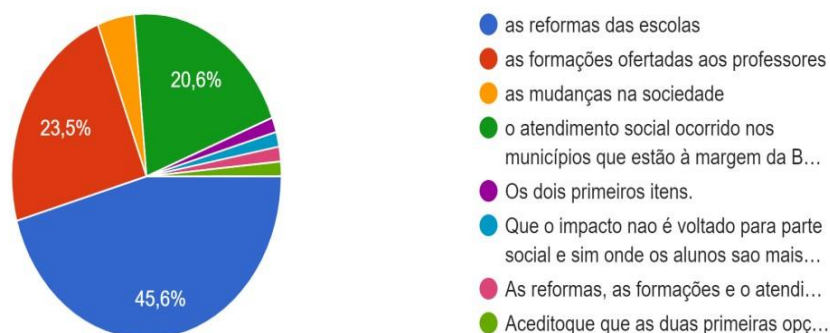
Na questão 6, os profissionais da educação interpretaram que os maiores beneficiados com os investimentos do Banco Mundial foram os cidadãos tocantinenses, sendo que 61,8%

acreditaram nessa afirmação. Cerca de 20,6% acreditaram que os benefícios estavam voltados para o Estado e cerca de 7,4% acreditaram que os benefícios eram para o Banco. Há, nessas respostas, uma interpretação positiva em relação ao investimento do Banco Mundial no Estado do Tocantins, portanto, é possível observar que, aparentemente, os participantes não perceberem o quanto o Estado pagará de juros dos recursos financeiros investidos.

Demonstrou-se, a partir dessa constatação, que o importante é se o montante financeiro investido obteve resultados positivos e melhorias educacionais, o que é destacado na questão 7, em que os entrevistados mostraram o quanto às reformas e as formações docentes foram um divisor de águas nos Municípios atendidos pelo PEC.

7) O que o senhor(a) considera que teve mais impacto nas escolas da rede estadual ou municipal com o Programa Estrada do Conhecimento?

68 respostas



Fonte: questionário aplicado via Google Forms, criado pela autora (2021).

As reformas e as formações foram os indicadores mais significativos. Além dos resultados das cores lilás, azul e verde claro reafirmarem que as reformas e as formações foram os indicadores que mais trouxeram impactos positivos na educação municipal e estadual.

Foi questionado, também, se os entrevistados conseguiam identificar as obras a partir do PEC em sua escola ou Município, e 85,3% conheciam e identificaram, porém, 10,3% consideraram que houve pouca divulgação das ações realizadas por parte do governo e da Seduc.

Em relação aos custos do PEC, os entrevistados opinaram da seguinte forma:

9) Até o momento o PEC custou cerca de R\$ 72.280.913,99 de reais com as ações que foram realizadas, você considera um valor aplicado corretamente, ou não?

68 respostas



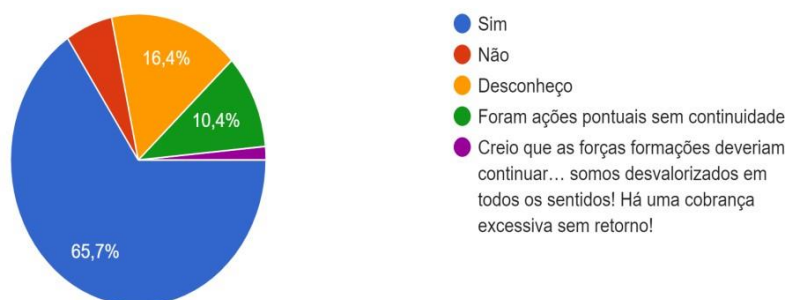
Fonte: questionário aplicado via Google Forms, criado pela autora (2021).

Todos os respondentes possuíam estreita relação com as escolas, no entanto, aproximadamente 15% não souberam opinar sobre a correta aplicação dos recursos nas ações realizadas.

Em relação à continuidade das ações pelos gestores municipais ou estadual, os entrevistados expuseram sua opinião e, apenas, uma pessoa não respondeu esta questão.

10) A gestão municipal ou estadual tem dado continuidade as ações iniciadas pelo PEC nas escolas?

67 respostas



Fonte: questionário aplicado via Google Forms, criado pela autora (2021).

A maioria das respostas foi positiva, ou seja, 65,7% consideram que há continuidade das ações, 6% discordaram, 10,4% consideraram ações pontuais, 16,4% não tinham conhecimento para afirmar ou não e 1,5% mostraram que há cobranças sem retorno e que os profissionais são desvalorizados.

A questão 11 abordou se o PEC trouxe melhorias educacionais ao Município, 86,4% responderam afirmativamente, 7,6% afirmaram que não, 3% desconheciam e os demais afirmaram que não foram visitar as melhorias e reformas.

Do exposto, observamos que houve um volume de investimentos consideráveis, unidades de ensino reformadas, revitalizadas e investimento em pesquisas com altos custos. No entanto, tais ações de obras, pesquisas e formação não podem ser perenes, pois os recursos serão pagos com investimento público, e os resultados devem ser mantidos e desenvolvidos. A descontinuidade pode não significar a melhoria educacional efetiva das redes e das escolas. É importante destacarmos que os profissionais entrevistados que atuam na escola e no Município observaram que a escola se apresentava de uma forma, e, atualmente, mais estruturada, espaços pedagógicos criados, outros como salas de aula, salas dos professores, banheiros, pátios e quadras reformados.

Percebemos, ainda, a fragmentação e ausência de conexão e diálogo entre as equipes de gestão da Seduc, como exemplo, o estudo longitudinal que não deveria ter sido utilizado apenas para obter os dados educacionais de escolas de ensino médio dos municípios integrantes do PEC, mas ser uma referência para desenvolver ações em outras escolas que atendessem a modalidade de ensino focada na referida pesquisa, o que não ocorreu. Consideramos que um Programa que integralizou áreas fulcrais com a educacional, social e econômica deveria, também, ter focado nos demais trabalhos de gestão educacional.

Na mesma proporção, as ações não foram consideradas como políticas públicas na gestão educacional, haja vista que apenas executou-se no tempo do Projeto/Programa e, quando este foi concluído, finalizaram-se as referências coletadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há cada período de nossa existência enxergamos a vida e seus desafios de formas diferentes, uma vez que nosso entendimento vai sendo transformando, tendemos, na maioria das vezes, a ampliar o nosso olhar para algumas coisas e mudar totalmente em outras ou até as ignorar. Na mesma proporção, encontram-se os questionamentos que se faziam ao papel do Banco Mundial em cada período da história, seja na educação ou em outros setores da economia brasileira.

Em nossa pesquisa seguimos esse curso **problematizando**: repercussões que fluíram do PEC, financiado pelo Banco Mundial, na educação nas redes estadual e municipais nos seis Municípios do Tocantins participantes do Programa: Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia, situados às margens da Rodovia Belém-Brasília (BR 153), no período de 2012 a 2020; melhoria qualitativa na oferta da educação propiciada pelos recursos financeiros investidos pelo Banco Mundial, como empréstimo ao Estado; influências na infraestrutura (estruturas físicas e materiais) das unidades escolares, no planejamento da educação e das escolas, nos currículos escolares e na formação dos trabalhadores da educação pelos investimentos realizados pelo Banco Mundial; e melhoria do atendimento de estudantes com vulnerabilidade nos referidos Municípios com os investimentos realizados pelo Banco Mundial.

Tais questionamentos tiveram por **objetivo geral** analisar repercussões do PEC, financiado pelo Banco Mundial, na educação nas redes estadual e municipais dos seis Municípios participantes – Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia, no período de 2012 a 2020.

Em se tratando de repercussões que fluíram do PEC na educação nas redes estadual e municipais nos municípios mencionados, os resultados da pesquisa indicaram várias ações planejadas e desenvolvidas. No entanto, tais ações/repercussões foram compreendidas distintamente. Por um lado, por pesquisadores, que tinham a intencionalidade e a fundamentação teórico-metodológica para um conjunto analítico; e, por outro, pelos entrevistados, os quais, em boa parte, não possuíam leituras para uma análise mais crítica em relação às consequências dessas repercussões de investimento de uma Instituição financeira na educação, como do PEC/Banco Mundial.

Aprendemos que profissionais da educação e comunidade tinham a percepção restrita às melhorias visíveis/aparentes, e não às questões que as permeavam, como por exemplo, os empréstimos de recursos e as consequências, como as condicionalidades nas políticas públicas e gestão da educação e os juros impostos pelo Banco ao Estado, o endividamento estatal, que

passou a ser um endividamento da sociedade, a manipulação e a interferência do Banco e das instituições prestadoras de serviço ao Banco, como as citadas nas contratações apresentadas nesta pesquisa.

Na perspectiva dos entrevistados em relação às melhorias das escolas reformadas ou formações de professores, a avaliação foi positiva, relevante, conforme as respostas dos questionários e os relatórios da Seduc em relação, especialmente, quanto às formações. Se perguntássemos para as pessoas que trabalharam como mão de obra nas reformas, é possível que dissessem que os benefícios foram grandiosos, como a oferta de trabalho, muitas vezes escassos nos municípios; as escolas terem ficado bem apresentadas, dignas de uso de seus filhos. Esse olhar é, apenas, para o que se enxerga fisicamente, mas, para o pesquisador, vai além das aparências.

Os recursos financeiros investidos pelo Banco Mundial, como empréstimo ao Estado, influenciaram na infraestrutura (física e material) das unidades escolares, mesmo que, minimamente, em algumas delas. As imagens das escolas representadas na Dissertação apresentaram estruturas físicas de boa qualidade, tornando-as atrativas para os estudantes, em especial, em municípios pequenos, que poderão atender com qualidade estudantes e profissionais da educação. No entanto, para a realização das ações educacionais, foi necessário que o Tocantins, que aderiu ao Programa, se comprometesse com uma dívida que, muitas vezes, poderá prejudicar, de maneira significativa, a economia local. Todavia, foram suposições, enquanto pesquisadora, que carecem de pesquisas.

Em relação aos empréstimos, observamos que, nem sempre, são benéficos, devido aos altos custos, assim como o grau de dependência exercido pelo Banco. No desenvolvimento das ações dos respectivos projetos financiados, foi comum criar-se a necessidade de ampliação e ou de continuidade no desenvolvimento de tais ações ou projetos que, necessariamente, teria novos investimentos.

O grau de dependência se fez neste sentido: além do *marketing* em torno de um Banco que é mundial, há muita força no imaginário social, isto é, há muito poder, mesmo precisando emprestar dinheiro para se manter vivo. O Banco Mundial, colocando-se com a justificativa de parceiro e investidor, na verdade, ele é invasivo em algumas decisões e impositivo no uso dos recursos que ele mesmo emprestou. Outrossim, não considera as singularidades, especificidades ou realidades locais, cujo pacote de reformas é único para o mundo. Além disso, o Banco, por meio da imposição de suas políticas, tem demonstrado todo o seu estruturalismo e, operacionalmente, é uma organização antidemocrática, não transparente e avessa à participação popular.

Não deveria ser de outra forma, pois imagina Banco por uma reforma de escola, sendo muitas vezes três vezes mais que o valor real investido, pois há os juros pelo empréstimo. A única coisa que emprestada devolve-se a mesma quantia, é quando pegamos açúcar emprestado do vizinho, no mais, tudo tem um ganho extraordinário. Outro destaque necessário, que muitas vezes não é lembrado, é a moeda utilizada pelo Banco nos empréstimos, sendo sempre o dólar.

No planejamento da educação e das escolas no Tocantins, o Banco fez um levantamento de dados (necessidades) e estabeleceu a forma de atuar, utilizando os referidos recursos e sempre tendo aporte financeiro em contrapartida do Estado. Entretanto, a Seduc poderia fazer esse planejamento sem a denominada orientação do Banco Mundial, considerando que os dados são da rede da educação, e ainda sem a determinação de um Banco a respeito da utilização de recursos e ações a serem executadas. Dessa forma, parafraseando uma afirmação do Presidente da República Getúlio Vargas, na história brasileira, há forças externas que não vamos discutir, mas que aparecem em todo o processo.

No que diz respeito aos currículos nas unidades escolares questionamos: houve mudanças nos currículos e em sua prática pedagógica? Podemos afirmar que não percebemos na pesquisa tais mudanças. Apreendemos apenas formações pontuais nos relatórios.

A Seduc não utilizou, até o momento dessa investigação, como metas de trabalho e planejamento de gestão financeira e pedagógica, os dados, informações, orientações, sugestões e análises derivados do PEC. Reiteramos, então, os resultados encontrados da descontinuidade, falta de comunicação entre os setores da Secretaria e não ampliação das ações e dos resultados do PEC pela Seduc, para a gestão nas demais unidades escolares do Estado, considerando os pontos nevrálgicos e priorizando outras orientações.

Em se tratando da problematização sobre a melhoria qualitativa na oferta da educação com os recursos financeiros investidos pelo Banco Mundial, como empréstimo ao Estado, segundo o Censo (2010-2019), o número de alunos matriculados foi ampliado, mas não foram realizadas análises para observar a evolução da qualidade da educação ofertada, devido à pandemia da Covid-19, que acarretou em entraves para tais pesquisas.

Quanto à melhoria do atendimento de estudantes com vulnerabilidade nos referidos municípios a partir dos primeiros recursos financeiros investidos pelo Banco Mundial, a investigação identificou que as formações e pesquisas realizadas pelo PEC foram pontuais e não houve continuidade por parte da gestão pedagógica da Seduc/PEC nesse aspecto. Para 2022, identificamos a implantação do Projeto Estrada de Direitos, a ser executado pelo

Instituto Promundo⁸, que irá atender a demanda da vulnerabilidade nos municípios atendidos pelo PEC, com um valor de R\$ 745.889,47. Nesse sentido, as demais unidades de ensino da rede pública estadual do Tocantins que vivenciam as mesmas problemáticas continuam sem tal atendimento, ou seja, sem políticas públicas. Os investimentos do Banco, nesse caso, ficam focalizados em alguns Municípios, continuando como Programa, embora a conta deva ser paga pela população do Estado.

Em relação aos objetivos do PEC que se relacionam com as metas e estratégias do PEE/TO, podemos afirmar que os resultados até o momento da pesquisa, foram mínimos, como discutidos na Dissertação.

Por fim, apreendemos cada vez mais a invasão do Banco Mundial na educação brasileira, suplantando, inclusive, organismos internacionais destinados a cuidar dos assuntos pertinentes à educação como a ONU desde a década de 80. O Tocantins, como os demais estados brasileiros, tem participado desta internacionalização e globalização da economia e da utilização de medidas de ajustamento econômico e político, de cunho neoliberal, privilegiando as relações de mercado em detrimento das relações sociais, com a influência do Banco Mundial, que tem reforçado e institucionalizado o cenário descrito.

O PEC no Tocantins, após seu encerramento, recebe uma nova roupagem, e será desenvolvido na forma do Programa Estrada de Direitos, com ações voltadas para a redução das vulnerabilidades de crianças, adolescentes e jovens, financiadas pelo Banco Mundial nos seis municípios que atenderam o PEC, como dito anteriormente, por meio do Instituto Promundo.

Para a continuidade de nossa pesquisa arriscamos a seguinte problematização: *sobre as reformas*: quais foram as dificuldades enfrentadas por professores e estudantes no período das reformas do PEC nas escolas? Os professores e estudantes foram ouvidos em relação às melhorias estruturais nas escolas? Qual a interpretação dos estudantes antes e depois das reformas? Houve mudanças e ou melhorias na oferta no ensino; *sobre as vulnerabilidades*: o estudo/pesquisa sobre as questões de vulnerabilidade dos estudantes nos municípios forjou mudanças nessas condições com as ações do PEC, ou seja, as problemáticas foram palco de ações? *sobre os empréstimos*: os Municípios precisavam das ações do PEC para realizarem tais ações? Se o Estado e os Municípios não planejaram pedagogicamente e financeiramente tais ações, as mesmas necessitaram de recursos financeiros para serem concretizadas, vez que

⁸ O Promundo é uma organização brasileira, sem vínculos institucionais com outras organizações estrangeiras, e trabalha para promover a igualdade de gênero e prevenir violência envolvendo homens e meninos em parceria com mulheres e meninas. Para isso, desenvolvemos no Brasil e em vários países programas, campanhas e esforços de advocacy em todos os temas abaixo, baseados em pesquisas rigorosas. Disponível em: <https://promundo.org.br/trabalho/Acesso> em: 3 jun. 2022.

sem orçamento, sem planejamento, não há como ofertar nenhum serviço, mesmo que seja os mais simples? É possível, que o governo não precisasse de tais recursos que torna o Estado mais deficitário, mais endividado? É possível afirmar que há falta de compromisso dos gestores que estão no poder, e não pensam nas consequências dos empréstimos para seus sucessores e para a sociedade? É possível pensar no apoio do Banco como “pão e circo”?

6 REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, M.; AZEVEDO, S.de. A capacitação dos conselhos setoriais em influenciar políticas públicas: realidade ou mito? **In: Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil.** Orlando Alves dos Santos Junior (orgs) Editora: Revan, Rio de Janeiro, 2004.
- ALTMANN, H. **A Influência do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro.** São Paulo: Educação e Pesquisa, Vol. 28, N.1, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100005>. Acesso em: 13 de maio, 2020.
- AMADO, J.; GARCIA, L. F. **Navegar é preciso: grandes descobrimentos marítimos europeus.** São Paulo: Atual, 1989.
- ALVES, M. M. **Beabá dos MEC-USAID.** Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.
- AZEVEDO, S. Política Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. **In: Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselhos municipais.** Orlando Alves dos Santos Junior (org.) Rio de Janeiro: fase, 2003.
- BANCO MUNDIAL-BM, **Relatório do Banco Mundial,** 2018.
- BARBOSA, Y. M. **Conflitos sociais na fronteira amazônica: Projeto Rio Formoso.** São Paulo: Papyrus, Goiânia; Elegê, 1996.
- BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política: A filosofia política e as lições dos clássicos.** Michalangelo Bovero; Tradução Daniela B. Versiani, Rio de Janeiro:Elsevier, 2000.
- BORDIGNON, G. Caminhar da educação Brasileira: muitos planos, pouco planejamento. **In: Planos de educação no Brasil, Planejamento, políticas e práticas.** São Paulo. Edições Loyola, 2014.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de atenção à Saúde. **Área da saúde do adolescente e do jovem.** Marco legal: saúde, um direito dos adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- CARVALHO, A. M. de. Políticas sociais: afinal do que se trata? Agenda Social. **Revista do PPGPS / UENF.** Campos dos Goytacazes, v.1 , n.3, set-dez/2007, p. 73-86, ISSN 1981-9862
- CASTRO, E. “Populações quilombolas na Amazônia: um olhar sobre o Brasil” – **Revista Palmares,** nº5, Brasília, 2000.
- CAVALCANTE, M. do E. S. R. **Tocantins: O Movimento Separatista do Norte de Goiás, 1821-1988 -** São Paulo: A Garibaldi, Editora da UCG, 1999.
- CAVALCANTE, Jemima G.B.; LAGARES, Rosilene. **RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS NA EDUCAÇÃO: ARRANJOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS.** Biblioteca ANPAE / Série **Cadernos ANPAE** ISSN: 1677-3802, V. 41 – 2016. Disponível em: https://anpae.org.br/iberoamericano2016/publicacao/cntnt/artigos/eixo_1/E1_A041.html Acesso em: 10/04/2022.

COLLARES, M. E. H. **Combate à pobreza: a educação e o programa bolsa família**. 2014. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

CUNHA, L.A. **A universidade reformada – o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CURY, C. R. J. Sistema Nacional de Educação: uma reflexão provocativa ao debate. *In: O sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos pós o Manifesto*.

DBM- Documento do Banco Mundial- **Relatório 56261-BR**, Brasil, 19 de junho de 2012.

DELGADO, A. P. O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem. **Espaço do Currículo**, v. 4, n. 2, p.162-171, Setembro de 2011 a Março de 2012. <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec162>

DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 691-713, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0428100.pdf>. Acesso: 18 set. 2021.

PETRONI, C.C. **Período Pombalino**. InfoEscola: Brasil Colônia.2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/periodo-pombalino/>. Acesso em: 16 de maio. 2020.

FARIA, C. A. (1998) Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem Estar Social. *In: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais*. Nº 46 pp. 39- 71

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 2014.

FEITOSA, C. O. **Do antigo norte de Goiás ao Estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação**. 217f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2011.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, F. R. **Missões jesuíticas**. InfoEscola: Brasil Colônia.2017. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/missoes-jesuíticas/>. Acesso em: 16 de maio. 2020.

FERNANDES, K. L.; LAGARES, R. Projeto societário e educação: a gestão educacional na primeira década do século XXI. *In: ROCHA, D. Educação no Território Municipal: planejamento, gestão e currículo*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2015.

FERREIRA, A. M.; NOGUEIRA, F. M. de B. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas**: Plano Nacional de Educação, 2016. http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escola_publica_PNE.pdf.

FLORES, K. M. **Estrangeiros no Tocantins do século XIX**. Nagô Editora, Palmas, 2013.

FONSECA, M. O Banco Mundial como Referência para a Justiça Social no Terceiro Mundo: evidências do caso brasileiro. **Rev. Fac. Educ.** Vol. 24 nº1. São Paulo, Jan./Jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 maio. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, I. B.P. Planejamento e planos na educação municipal na microrregião do Jalapão – Tocantins (2015 – 2025): concepção, organização interna e consonância com o plano nacional (2014 – 2024). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAGARES, R.; ROCHA, D., OLIVEIRA, J. F. de.(orgs) **Educação no Território Municipal: planejamento, gestão e currículo**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2015.

_____(orgs) Educação no Território Municipal: planejamento, gestão e currículo. **In: LAGARES, R., SOUSA, A.R., MACEDO, M.L.de. Em busca da(s) Intencionalidade(s) da Educação no Município de Palmas-Um estudo acerca da elaboração do plano municipal**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2015.

LAGARES, R.; VISINTAINER, M.; DORJÓ, D. S. **Estudo longitudinal (pesquisa) no ensino médio no Tocantins: perfil, desempenho acadêmico e eficácia do ensino de língua portuguesa e matemática**. Palmas, Tocantins, 2019.

LAGARES, Rosilene et al. **Gestão das redes e sistemas educacionais: afirmação dos direitos à vida e à educação no retorno às atividades escolares em 2021**. Palmas: UFT/PROEX, 2021.

LÜCK, H. Dimensões da Gestão Escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela**. Maceió: EDUFAL, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conheça a história da educação brasileira**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ acessibilidade-sp-940674614/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 18 de maio de 2020. MEC. NÓVOA, A. (Org). **Os professores e a sua formação**. Portugal: Porto, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Banco Mundial**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>. Acesso em: 18 de maio. 2020. ONU.

PALACIN, L. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola, 1990.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás (1722-1972)** 5º ed. Goiânia: Ed. Da UCG, 1989.

PALMAS (SEDUC) **Relatório de monitoramento das ações da educação-PEC**, 2019.

PARENTE, T. G. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins colonial**. Goiânia: ed. UFG, 2003.

PARENTE, T. G. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins Goiânia**: ED. da UFG, 1999.

PARENTE, T. G. Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins. **OPIS**, 15(2), 399–416. 2015.

PEC- Programa Estrada do Conhecimento. **Projeto de Financiamento do Banco Mundial**, Palmas, 2011.

PEC/SEDUC. **Relatório de monitoramento**. Palmas, 2009.

PEE- **Plano Estadual de Educação (2015-2025)**. Palmas, Tocantins. Disponível em: <https://educ.to.gov.br/plano-estadual-de-educacao---pee/>. Acesso em: 20 out.2020.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 382 f. Niterói-RJ, UFF. Tese de Doutorado, 2009.

PINHEIRO JÚNIOR, F.A.F.S. **A Evolução das Políticas Sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010**. UFMG, 2014.

PNE- **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, P.R.M. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. Ribeirão Preto: Paidéia, Vol. 4, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1993000100003> . Acesso em: 14 maio. 2020.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Universidade Federal de Minas, Petrópolis:Vozes, 2001.

SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, F.R. Banco Mundial e gerenciamento da educação brasileira. **Brasil Escola: Meu Artigo**, 2010. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/banco-mundial-gerenciamento-educacao-brasileira.htm>. Acesso em: 13 maio. 2020.

SILVA, F. A. da. **Caminhos de Ouhãra** - 2º ED. Porto Nacional: Prefeitura Municipal, 1999.

SILVA, M.A. da. **Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. São Paulo: FAPESP, 2002.

SOUZA, J.C.S. **Educação e história da educação no Brasil**. Educação Pública: 2018.
Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 14 maio. 2020.

SOUZA, N. N. de. **Política e Gestão Da Educação Básica Pública: O Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins**. Tese de doutorado-Orientadora Maria Abadia da Silva. UNB, Brasília, 2017.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. *In: O Banco Mundial e as políticas educacionais*. TOMMASI, Livia de. WARDE, Mirian Jorge. HADDAD, Sérgio. (Orgs.). 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

TRIANE. **RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS**. Palmas, 2017.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO

Sou a professora Adriana Aguiar, mestranda da Universidade Federal do Tocantins, e solicito que responda este questionário, o mesmo faz parte da coleta de dados para a produção de minha dissertação de Mestrado, que trabalha a temática do PEC-Programa Estrada do Conhecimento. Este instrumento de coleta é anônimo e os dados serão utilizados para produção acadêmica. Ao respondê-lo, cada pessoa autoriza a divulgação dos dados.

Objetivo geral da pesquisa: analisar repercussões do PEC, um Programa de financiamento do Banco Mundial, na Educação nas redes estadual e municipal dos seis Municípios participantes: ~~sende~~ Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia, no período de 2012 a 2020.

1) Identifique sua atuação na rede municipal ou estadual na qual foi beneficiado pelo PEC em sua escola/município. O senhor(a) atuou no período de 2012 a 2020 em qual rede de ensino:

Municipal Estadual ambas as redes

2) No período (2012 a 2020) o senhor(a) atuou na escolas e ou município como:

Gestor(a) Professor(a) Coordenador(a) Quadro administrativo da escola ou SEMED Diretor Regional de Ensino
 Técnico da DRE ou SEMED

3) Em sua concepção, a atuação do Banco Mundial no financiamento e na melhoria do ensino nas escolas atendidas pelo PEC, influenciaram no melhor atendimento educacional?

Sim Não Talvez

4) Em seu entendimento o Banco Mundial deve investir financeiramente em países e estados nas diversas áreas. No Tocantins, atuou na Educação. Isso gera autonomia do Estado e da Educação?

Sim Não talvez

5) Você considera que a escola/município que recebeu os incentivos pedagógicos, seja na formação de professores, nos cursos ofertados, nas reformas das escolas, poderiam fazer acontecer essas ações sem o investimento financeiro do Banco?

Sim Não
 Sim - se o Estado planejasse as ações
 Não – Sem dinheiro, não há como realizar ações

6) Quando uma instituição que financia algo, ela exige determinadas trocas, você considera que as trocas efetuadas entre Banco e o Estado do Tocantins foram benéficas para quem?

Para o estado Para o Banco Para os cidadãos tocantinenses

7) O que o senhor(a) considera que teve mais impacto nas escolas da rede estadual ou municipal com o Programa Estrada do Conhecimento?

as reformas das escolas; as formações ofertadas aos professores;
 as mudanças na sociedade; o atendimento social ocorrido nos municípios que estão à margem da Belém Brasília atendidos pelo PEC;

8) O Senhor(a) consegue identificar as ações ou obras existentes em seu município a partir das ações realizadas pelo Programa Estrada do Conhecimento?

Não, nunca vi nada; Sim, conheço o que foi realizado; Não houve a devida divulgação das ações deste Programa

9) Até o momento, o PEC custou cerca de R\$ 72.280.913,99 de reais com as ações que foram realizadas, você considera um valor aplicado corretamente, ou não?

Muito alto para poucas ações; Dentro da normalidade;
 Com mais planejamento, poderiam acontecer mais ações e melhorias;
 Não sei opinar;

10) A gestão municipal ou estadual tem dado continuidade as ações iniciadas pelo PEC nas escolas?

Sim Não Desconheço Foram ações pontuais sem continuidade

11) O Programa Estrada do Conhecimento -PEC na Educação das redes estadual e municipal dos seis Municípios participantes do Programa, situados às margens da Rodovia Belém-Brasília (BR 153), no Estado do Tocantins: ~~sede~~ Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Barrolândia, Colinas do Tocantins, Pugmil e Wanderlândia, no período de 2012 a 2020. O senhor (a) sabe destacar as melhorias que houveram no seu município/escola em relação a educação?

Sim Não Desconheço Ouvi dizer que houve reformas, mas não fui visitar ainda

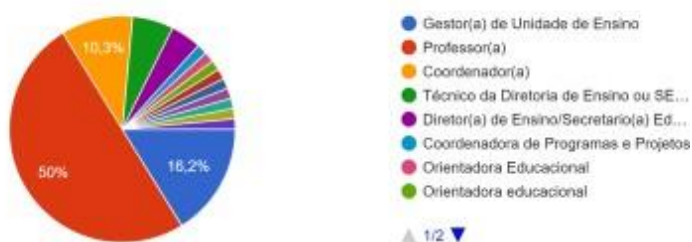
APÊNDICE B

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO

1) Identifique sua atuação na rede municipal ou estadual em que foi beneficiado pelo PEC em sua escola/município. O senhor(a) atuou no período de 2012 a 2020 em qual rede de ensino:
68 respostas:



2) No período (2012 a 2020) o senhor(a) atuou na escolas e ou município como:
68 respostas:



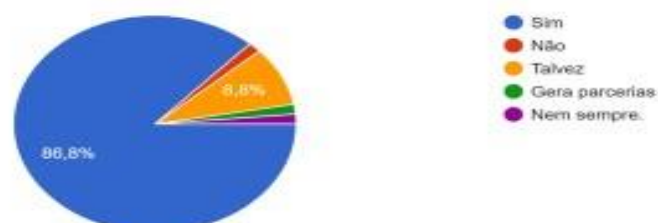
3) Em sua concepção a atuação do Banco Mundial no financiamento e na melhoria do ensino nas escolas atendidas pelo PEC, influenciaram no melhor atendimento educacional?

68 respostas



4) Em seu entendimento o Banco Mundial deve investir financeiramente em países e estados nas diversas áreas, no Tocantins atuou na educação. Isto gera autonomia do estado e da educação?

68 respostas



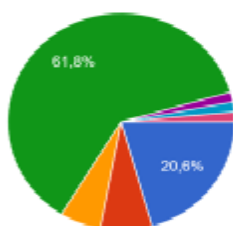
5) Você considera que a escola/município que recebeu os incentivos pedagógicos, seja na formação de professores, nos cursos ofertados, n...as ações sem o investimento financeiro do banco?

68 respostas



6) Quando uma instituição que financia algo, ela exige determinadas trocas, você considera que as trocas efetuadas entre banco e estado do Tocantins foram benéficas para quem?

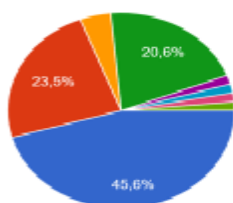
68 respostas



- Para o estado
- Para o banco
- Não - Sem dinheiro não há como realizar ações
- Para os cidadãos tocaninenses
- Para a cidades onde aconteceu os investimentos.
- Benefícios para ambas as partes
- Há uma troca... todos ganham... todos se beneficiam!

7) O que o senhor(a) considera que teve mais impacto nas escolas da rede estadual ou municipal com o Programa Estrada do Conhecimento?

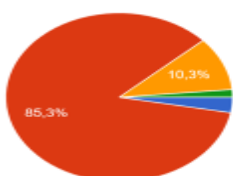
68 respostas



- as reformas das escolas
- as formações ofertadas aos professores
- as mudanças na sociedade
- o atendimento social ocorrido nos municípios que estão à margem da B...
- Os dois primeiros itens.
- Que o impacto nao é voltado para parte social e sim onde os alunos sao mais...
- As reformas, as formações e o atendi...
- Acedilique que as duas primeiras opç...

8) O Senhor(a) consegue identificar as ações ou obras existentes em seu Município a partir das ações realizadas pelo Programa Estrada do Conhecimento?

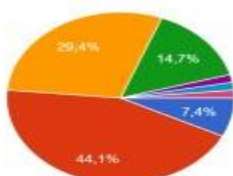
68 respostas



- Não, nunca vi nada
- Sim, conheço o que foi realizado
- Não houve a devida divulgação das ações deste Programa
- Não lembro

9) Até o momento o PEC custou cerca de R\$ 72.280.913,99 de reais com as ações que foram realizadas, você considera um valor aplicado corretamente, ou não?

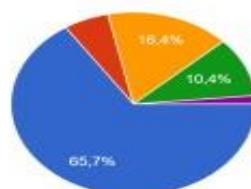
68 respostas



- Muito alto para poucas ações
- Dentro da normalidade
- Com mais planejamento poderiam acontecer mais ações e melhorias
- Não sei opinar
- Não é possível opinar pois não conheço todas as ações, somente de dois mun...
- Sei te falar a realidade da reforma da nossa escola estadual e o curso de fo...
- Sim

10) A gestão municipal ou estadual tem dado continuidade as ações iniciadas pelo PEC nas escolas?

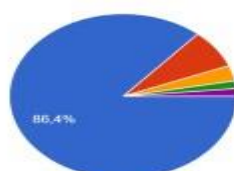
67 respostas



- Sim
- Não
- Desconheço
- Foram ações pontuais sem continuidade
- Creio que as forças formações deveriam continuar... somos desvalorizados em todos os sentidos! Há uma cobrança excessiva sem retorno!

11) O Programa Estrada do Conhecimento -PEC na educação das redes estadual e municipal dos seis Municípios participantes do Programa, situad...e no seu município/escola em relação a educação?

66 respostas



- Sim
- Não
- Desconheço
- Ouvi dizer que houve reformas, mas não fui visitar ainda
- Ainda esta em reforma

ANEXO A APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEC



Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável - PDRIS

- O PDRIS consiste em promover a melhor eficácia dos transportes rodoviários e maior eficiência dos serviços públicos selecionados, em prol da Agenda de Desenvolvimento territorialmente equilibrado e integrado do Mutuário (Tocantins/Brasil). Esse Projeto possui um caráter intersetorial e conta com a participação de nove Secretarias Estaduais e duas Autarquias (RURALTINS E NATURATINS.)

PROGRAMA ESTRADA DO CONHECIMENTO - PEC

O PEC é parte integrante do PDRIS e encontra-se inserido no componente:

- **2.4 - Melhoria da Qualidade, relevância e retorno no Sistema Educacional.**
- **Maior eficiência nos serviços públicos.**

Municípios contemplados com ações do PEC Programa Estrada do Conhecimento

- Aguiarnópolis;
- Aliança do Tocantins;
- Barrolândia;
- Colinas do Tocantins;
- Pugmil;
- Wanderlândia.



Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

As Diretorias Regionais de Ensino, Municípios e Unidades Escolares contempladas com ações do PEC são:



Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

Subcomponentes Estruturados com as Políticas Educacionais do Tocantins

SUBCOMPONENTE – 0

- Diagnóstico do sistema educacional e da realidade socioeconômica dos municípios.



Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

SUBCOMPONENTE – I EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Diagnóstico da qualidade do Ensino da Educação Infantil, em duas etapas: início e final do Programa;
2. Guias e Formação dos professores das Escolas de Educação Infantil dos municípios contemplados;
3. Construção do Plano de Desenvolvimento da Educação Infantil;

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

- Diagnóstico da qualidade do Ensino da Educação Infantil: a empresa contratada (Triani Assessoria Educacional) visitou todas as escolas de Educação Infantil dos municípios contemplados e elaborou relatórios descritivos sobre cada unidade;
- Guias e Formação dos professores: a empresa elaborou Guias de Orientações Didáticas que serão utilizados durante os cursos de capacitação, cujos conteúdos envolvem legislação, melhores práticas e ainda sugestões para aprimorar a qualidade da Educação Infantil;
- Construção do Plano de Desenvolvimento da Educação Infantil: a empresa contribuirá para o aperfeiçoamento dos planos já prontos e/ou auxiliará na construção daqueles ainda não elaborados.

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

SUBCOMPONENTE – II

QUALIDADE DO ENSINO

1. Através da metodologia *Stallings as salas de Aula* passarão por um período de observação para análise e posterior intervenção;
2. Ainda com base na Metodologia *Stallings*, os professores passarão por Formação tendo como foco os Resultados da Pesquisa.

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

SUBCOMPONENTE – III

RETORNOS E RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO

Reforma da Infraestrutura das 06 (seis) Unidades Escolares priorizando uma *Educação de Qualidade para Todos*;

1. Aguiarnópolis – Colégio Estadual Nazaré Nunes da Silva (obra finalizada)
2. Aliança do Tocantins – Colégio Estadual Anita Cassimiro Moreno (obra em andamento)

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

SUBCOMPONENTE – III

RETORNOS E RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO

1. Reforma da Infraestrutura das Unidades Escolares priorizando uma *Educação de Qualidade para Todos*
2. Estudo Longitudinal
3. Formação de Gestores
4. Gênero
5. Diagnóstico e avaliação da Eficiência dos Investimentos na Educação Pública do Tocantins

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

3. Colégio Estadual Paulina Câmara – município de Barrolândia (obra finalizada)
4. Colinas do Tocantins – Colégio Estadual Lacerdino de Oliveira Campos (obra em andamento)
5. Pugmil – Colégio Estadual Darcy Ribeiro (obra finalizada)
6. Wanderlândia – Colégio Estadual José Luiz Siqueira (obra finalizada)
7. Guaraí - Colégio Estadual Dona Anaídes Brito Miranda (obra em andamento)
8. Alvorada - Escola Estadual Ana Maria de Jesus (obra em andamento)
9. Paraíso do To - Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira (obra em andamento)
10. Fátima - Colégio Estadual Conceição Brito (obra em andamento)

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

SUBCOMPONENTE – III

ESTUDO LONGITUDINAL

- Pesquisa diagnóstica do Estudo Longitudinal realizada com 540 (quinhentos e quarenta) alunos e suas famílias, com objetivo de monitorar o desenvolvimento dos estudantes, no aspecto acadêmico, por meio de aplicações de avaliações cognitivas anuais, em Língua Portuguesa e Matemática, ao longo do Ensino Médio e no ano subsequente à conclusão desta etapa de ensino;
- Tem como objetivo a análise dos resultados das avaliações cognitivas, o crescimento da proficiência dos alunos nos indicadores de Língua Portuguesa e de Matemática de uma série para outra, bem como a relação entre as habilidades desenvolvidas na escola e a vida do aluno durante e depois da conclusão do Ensino Médio.

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

SUBCOMPONENTE – III

FORMAÇÃO DE GESTORES

Consultorias a serem contratadas:

- **Formação em Coaching**
- **Coordenador de Campo**
- **Avaliação de Impacto**
- **Modelo de Gestão Baseado na Escola**
- **Monitoramento da Gestão**
- **Efetivação da Gestão**
- **Apoio Logístico**

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

SUBCOMPONENTE – III

GÊNERO

- Plano de Fortalecimento de ação de Gênero nas Unidades Escolares - em andamento;
- Consultoria para Mapeamento das redes de proteção, elaborado a partir de pesquisa diagnóstica a fim de minimizar os problemas econômicos e sociais - a ser contratada.

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

Diagnóstico e avaliação da Eficiência dos Investimentos na Educação Pública do Tocantins

O estudo de Revisão dos Gastos em Educação será desenvolvido com a finalidade de analisar a tendência e a composição do gasto público nas escolas do Tocantins. Para isso, propõe-se comparar o desempenho dos alunos e os insumos escolares despendidos tendo em vista a melhor alocação dos recursos educacionais, visando maior benefício para a população alcançada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar boas práticas administrativas escolares, através da análise de dados e visitas in loco;
- Identificar fatores de ineficiência do desempenho escolar e áreas prioritárias de alocação de recursos educacionais, com foco na qualidade e na equidade;
- Apresentar o desempenho potencial da rede pública dado o nível atual de gasto, a fim de demonstrar qual o ganho em termos de desempenho educacional se os recursos fossem investidos eficientemente;
- Elaborar mapas de despesas por estudante a nível estadual e regional.

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

Equipe PEC/SEDUC/PDRIS

Técnicos(as) Pedagógicos(as) do PEC:

1. ANA LÍDIA DE FREITAS RESENDE
2. CLÁUDIA FAVARO DA SILVA
3. EUSAMAR ARAÚJO DE SOUSA
4. KEILA DE QUEIROZ GOMES
5. SEVERINO ROBERTO DE LIMA
6. YANA DE SOUSA SANTOS

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

ANEXO B**RELAÇÃO DE ESCOLAS REFORMADAS E VALORES INVESTIDOS**

NOME DA UNIDADE DE ENSINO - MUNICIPIO	VALOR DA REFORMA
Colégio Estadual Lacerdino Oliveira Campos - Colinas	R\$ 2.438.782,33
Colégio Estadual Anaídes Brito Miranda - Guaraí	R\$ 2.876.445,88
Colégio Estadual Conceição Brito - Fátima	R\$ 5.198.042,11
Colégio Estadual Ana Maria de Jesus - Alvorada	R\$ 1.950.912,05

VALORES INVESTIDOS NAS REFORMAS PEC I-2018

NOME DA UNIDADE DE ENSINO – MUNICIPIO	VALOR DA REFORMA
Colégio Estadual José Luiz Siqueira - Wanderlândia	R\$ 2.523.591,28
Colégio Estadual Nazaré Nunes da Silva - Aguiarnópolis	R\$ 2.203.343,60
Colégio Estadual Paulina Câmara - Barrolândia	R\$ 1.760.718,50
Colégio Estadual Darci Ribeiro - Pugmil	R\$ 1.573.875,76